

234

HIS

HT-234



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Trabalho de Licenciatura em História

**A Relação entre o Trabalho Migratório e a Agricultura:
Estudo do caso do Distrito da Moamba, 1950-2000**

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo
Mondlane”

Manuel Filimone Mabuza Chifunga

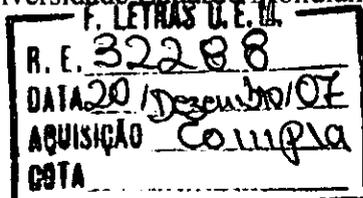
Maputo, Novembro de 2007

A Relação entre o Trabalho Migratório e a Agricultura: Estudo do caso do Distrito da Moamba, 1950-2000.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

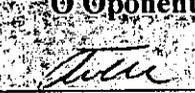
Manuel Filimone Mabuza Chifunga

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane



Supervisor: Dr. Napoléao Gaspar

Maputo, Novembro de 2007

O Juri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
			13 / 12 / 2007

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na essência para a obtenção de qualquer grau, e ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, pelo acompanhamento que prestou durante a minha carreira estudantil.

AGRADECIMENTOS

Em memória do meu irmão Jotamo Filimone, que através dele foi possível a minha formação, a Amália Chichava, que deu-me muita força para a saída deste trabalho, ao meu primo Valgy Tricamegy, pelo acompanhamento que deu-me após o falecimento do meu irmão. Ao Doutor Napoleão Gaspar, meu supervisor que foi bastante paciente comigo e deu-me um apoio incondicional na realização deste trabalho, ao Professor Doutor Luís Covane, que foi a minha fonte de inspiração para a realização deste trabalho. Aos Professores Doutores David Hedges, Gerald Liesegang, Joel das Neves Tembe, Paula Meneses, Hilário Madiquida, Solange Laura e ao Doutor António Manso, meus professores na Universidade Eduardo Mondlane, pelo acompanhamento que concederam-me ao longo do meu percurso académico, aos meus colegas de turma, o meu muito obrigado pelo apoio concedido ao longo da formação. Aos senhores, Francisco Jesus Fernandes, Cláudio Cristiano Leal Pinheiro e Roberto Lúcio Clemente Cândido, que são meus eternos pais. Aos funcionários do Arquivo Histórico de Moçambique, do CEA e da Biblioteca da faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

Aos amigos em geral.

RESUMO

O objecto de estudo deste trabalho é analisar a contribuição do rendimento do migrante para o desenvolvimento da agricultura no distrito da Moamba entre 1950 a 2000.

A aderência dos moçambicanos do Sul de Moçambique ao trabalho migratório, incluindo os de Moamba data dos meados do século XIX e deveu-se a várias causas. Dentre elas destacam-se as causas económicas, as questões de expropriações para a instituição de povoamentos coloniais, como é o caso da instituição do colonato de Sabiè na Moamba, as imposições do trabalho forçado e o imposto de palhota. Com esta saída de mão-de-obra masculina as mulheres passaram a fazer algumas actividades que outrora eram praticadas por homens. Esta situação levou a que os camponeses tornassem dependentes dos proventos que eram enviados à casa pelos trabalhadores migrantes. Esse sistema de mão-de-obra migratória fez com que se modernizasse o sistema agrícola na Moamba através da introdução da Charrua e mais tarde de tractores.

No período após a proclamação da independência, há um aumento dos salários dos trabalhadores migrantes e por sua vez há uma redução de recrutamento de trabalhadores migrantes. Esta situação levou ao surgimento, em Moamba, de um pequeno grupo de agricultores direccionados ao comércio devido as suas condições salariais que aumentaram o nível de investimento na agricultura, mas também colocou um significativo número de famílias, sem acesso ao trabalho migratório, desprovido de recursos adicionais à agricultura.

CRONOLOGIA

1857- é formalmente permitida pela primeira vez a migração de mão-de-obra moçambicana para o Natal

1867- descoberta das minas de diamante de Kimberley

1871- formação da Liga do Trabalho pelos plantadores do Natal (Covane, 1989: 13)

1875- decreto de permissão para os moçambicanos trabalharem na Província do Cabo (Covane, 1989: 18)

1886- descoberta das minas de ouro de Witwatersrand

1895- início das campanhas militares de ocupação no Sul de Moçambique

1896- As autoridades coloniais portuguesas estabelecem contactos com a Câmara de Minas, para o estabelecimento de um sistema de recrutamento da força de trabalho em Moçambique; criação da Witwatersrand Native Labour Association (WENELA) Câmara de Minas (Covane, 1989: 35)

1901- Modus Vivendi, entre o Governo Colonial Português e o Governo do Transvaal. O contracto dos mineiros moçambicanos foi limitado a 1 ano como formas de cumprirem com o Chibalo. Recrutamento de mão-de-obra moçambicana ficava sob controle da WENELA (Covane, 1989: 39)

1909- Convenção de 1909

1913- exclusão dos trabalhadores migrantes para a África do Sul, provenientes acima do Paralelo 22° Sul

1928- introdução do pagamento diferido obrigatório; estabeleceu-se uma redução de trabalhadores migrantes nas minas para cerca de 80000 em 1933; estabelecimento de

contractos de 18 meses e 6 meses de permanência antes do recontrato (Covane, 1989: 82)

1930- Acto Colonial; Introdução das culturas forçadas aos camponeses;

1942- o Governo Colonial decreta que todo o nativo tinha que trabalhar durante 6 meses para o Estado.

1943- agitação na Moamba devido ao Imposto de Palhota (Honwana, 1985: 75)

1956- instituição do Colonato do Sábiè

1960- abolição do Chibalo

1964- introdução da Cláusula Ouro, pagamento da parte dos salários moçambicanos em ouro, neste período existiam cerca de 97 500 trabalhadores nas minas do Transvaal. (Covane, 1989: 97; Ministério do Trabalho, 2004)

1965- surgem novos recrutadores, ATAS, ALGOS, CAMON

1974- corte da mão-de-obra malawiana

1975- 25 de Junho, Independência de Moçambique e neste mesmo ano o número de migrantes moçambicanos para a África do Sul atinge o pico de cerca de 113 488 trabalhadores (Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 233)

1976- diminuição de recrutamento de trabalhadores moçambicanos para cerca de 32648 (Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 233)

1977/1978- época de uma grande seca na Moamba que provocou escassez de alimentos (Manghezi, 1983: 19)

1986- Outubro, decisão de expulsão de trabalhadores moçambicanos na África do Sul

1992- 4 de Outubro, Assinatura do Acordo Geral de Paz.

2000- cheias devastadoras que assolaram o Sul de Moçambique.

SUMÁRIO.

Declaração.....	i
Dedicatória.....	i
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Cronologia.....	v
CAPITULO 1	1
Introdução.....	1
1. 2- Localização geográfica, Clima e Relevo do distrito da Moamba.	3
1. 4- Contextualização histórica do trabalho migratório	6
1.5- Balizas cronológicas.....	8
1.6- Objectivos do Trabalho	9
1.6.1- Objectivo Geral:.....	9
1.6.2- Objectivos específicos:.....	9
1.7- Hipóteses de trabalho	9
1.8- Motivações e Justificação	10
1.9- Metodologia	11
1.10- Revisão bibliográfica e problematização	12
CAPITULO 2-As Causas que levaram a população da Moamba a emigrarem para a África do Sul	25
2.1- A causa económica.....	25
2.2- A questão do trabalho forçado e o Imposto de Palhota.....	26
2.3- A questão da expropriação e o exemplo da Premier Cotton Plantation na Moamba	28
2.5- A questão do Conflito armado	30
CAPITULO 3-O Trabalho Migratório e a Agricultura no Distrito da Moamba.....	32
3.1-O Período entre 1950-1975	32
3.1.1- O surgimento de redes de cantineiros	34
3.1.2- Introdução da Charrua.....	34
3.1.3- A introdução da charrua e a formação de classes sociais no meio rural	37
3.1.4- Mudanças nas relações de produção.	43
3.1.5- Fortalecimento do papel da mulher	46
3.1.6- Surgimento de agricultores e criadores negros proeminentes na Moamba.....	46
3.2-O Período após a Proclamação da Independência (até 1992).	47
3.2.1- A decisão de não recrutamento de noviços e de emigrantes cujos certificados de reemprego tinham expirado e o seu impacto na vida dos camponeses.....	50
3.2.2- A decisão sul africana de expulsar trabalhadores migrantes moçambicanos..	51
3.2.2.1- Motivos da tomada de decisão de expulsão	52
3.2.3- O impacto da nova tendência de recrutamento e da expulsão de emigrantes moçambicanos	53
3.2.4- A Decisão de expulsão de 1986 e o seu impacto no desenvolvimento da agricultura na Moamba.....	58
3.3- O Período após a Assinatura do acordo Geral de Paz.....	60
Bibliografia Consultada	66
ANEXOS.....	71

CAPITULO 1

Introdução

Com este trabalho, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão de como o trabalho migratório e a agricultura no distrito da Moamba se relacionaram durante cerca de meio século. A migração dos homens da Moamba para África do Sul não foi um fenómeno instituído pelo governo colonial português. Os tsongas da Baía de Delagoa e seu interior tinham sempre interagido com as comunidades da alta-Savana, com os quais mantinham fortes laços culturais e familiares. Com o comércio de marfim no início do século XIX, intensificou-se o movimento de pessoas ao longo das rotas comerciais tradicionais. Newitt, afirma que existem provas de uma emigração considerável na década de 1840-1850 entre a baixa savana e o Zoutpansberg.¹ A década de 1850 conheceu um desenvolvimento da cultura do açúcar no Natal e um aumento na procura de mão-de-obra a que a população local não conseguia dar resposta.²

Com a descoberta das minas de diamantes de Kimberley, em 1867, e posteriormente as de ouro de Witwatersrand, em 1886, e devido a necessidade de mão-de-obra para trabalhar nestas minas o governo colonial português e as autoridades sul africanas assinaram vários acordos e decretos para levarem os moçambicanos do Sul do Save a emigrarem para as minas. Isto foi em parte devido a uma fraca aderência, dos negros sul africanos para servirem de mão-de-obra nas minas, isto porque a sua produção agrícola era suficiente para o sustento das suas comunidades e nada lhes forçava a trabalharem como assalariados³.

Em 1896, Mouzinho de Albuquerque, então Comissário Régio, promulgou o primeiro regulamento de exportação de mão-de-obra para a África do Sul, isso depois da

¹ Newitt, 1997: 419

² Idem

³ Covane, 2001: 86

conquista de Gaza em 1895. Este regulamento visava o estabelecimento de um sistema de recrutamento da força de trabalho em Moçambique e é neste mesmo ano que a Câmara de Minas cria a *Rand Native Labour Association* (RNLA)⁴.

O investimento dos rendimentos dos migrantes na agricultura teve fases distintas: antes da implementação dos planos de fomento na década 50. Neste período alguns camponeses possuíam terras férteis nas margens dos rios Incomati e Sábie para a prática da actividade agrícola.

O investimento dos rendimentos dos migrantes na agricultura era maior, mas com a implementação dos Planos de Fomento, o campesinato viu as suas terras férteis serem expropriadas pelo governo colonial para implementação de povoamento branco em forma de colonatos. Exemplo concreto disto foi o caso das terras situadas às margens do rio Sábiè para se instituir o Colonato de Sábie em 1956.

O campesinato foi afastado para as zonas altas e de sequeiro que não eram boas para a prática da agricultura. Neste período os migrantes investem mais na compra de gado e alimentação para fazer face a fraca produtividade e por vezes em instrumentos de produção. Nos anos a seguir a proclamação da independência notou-se a socialização da agricultura por parte do novo Governo, que de certa forma veio a desestabilizar o sonho do campesinato em desenvolver uma agricultura capitalista com a ajuda dos rendimentos dos migrantes. Esta socialização fez com que se criasse o sistema de cooperativas agrícolas e machambas estatais.

O trabalho aborda a relação existente entre o trabalho migratório para a África do Sul e a agricultura familiar. Tivemos que fazer uma pesquisa bibliográfica no Arquivo

⁴ Covane, 1989:35

Histórico de Moçambique, na Biblioteca do CEA e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

O trabalho foi estruturado em 4 Capítulos. No Primeiro Capítulo (Introdução), apresentamos a localização geográfica do Distrito da Moamba, os objectivos, a metodologia de investigação, a revisão bibliográfica e a problematização; no Segundo Capítulo (as causas que levaram a população da Moamba a emigrarem para a África do Sul), mostraremos as causas que levaram os habitantes da Moamba a emigrarem para o trabalho assalariado na África do Sul, que dentre várias, destacamos a causa económica, a questão da expropriação, o imposto de Palhota, o trabalho forçado, o lobolo, o conflito armado; no terceiro Capítulo (o trabalho migratório e a agricultura no Distrito da Moamba) estão patentes os diferentes períodos do trabalho migratório e no quarto capítulo (considerações finais) temos as considerações finais e depois a bibliografia consultada.

1. 2- Localização geográfica, Clima e Relevo do distrito da Moamba.

O distrito da Moamba está localizado no Noroeste da província de Maputo, entre 24° 27' e 25° 50' de Latitude Sul, assim como entre 31° 59' e 32° 37' de Longitude Este. Tem uma superfície de 4528 km². Faz fronteira ao Norte com o distrito de Magude, ao Sul com os distritos de Boane e Namaacha, a Este com os distritos de Manhiça e Marracuene e a Oeste com a Republica Sul Africana. Possui quatro Postos Administrativos: Moamba-Sede, Ressano Garcia, Sábiè e Pessene⁵.

Do ponto de vista climático, o distrito da Moamba, segundo a classificação de Koppen, é dominado pelo Clima do Tipo BS, Clima Seco de Estepe, com uma

⁵ Governo do Distrito da Moamba, 1986:6

temperatura média anual que oscila entre 23° e 24° C e Pluviosidade anual entre 580 a 590 mm, e também, junto a fronteira com a África do Sul, no Ressano Garcia, pelo Clima BSW, de Estepe com Inverno seco e uma temperatura média anual entre 23° e 24° C e uma Pluviosidade inferior a do resto do Distrito. Tem duas estações, uma quente de temperaturas mais elevadas e de Pluviosidade acentuada que vai de Outubro a Março e outra, fresca que se estende de Abril a Setembro. A Pluviosidade média é de 571 mm com incidência entre Dezembro e Fevereiro⁶.

No que concerne a situação do Relevo, segundo os dados retirados do Perfil da Moamba, o distrito da Moamba possui extensas planícies, situadas maioritariamente a cotas inferiores a 100 m, sendo o monte Corrumana o mais elevado com cerca de 275 metros. Tem 3 Zonas distintas: Vales e planos ligeiros com altitude média de 60 a 80 metros; pequenas elevações de 80 a 170 metros que vão subindo no sentido Oeste e Zonas acidentadas com cotas que se elevam abruptamente a altitudes entre 200 a 400 metros que constituem um alongamento da cadeia dos Libombos. Em geral predominam os solos de origem aluvionar e basáltico, planos de textura média e profundidades que variam desde a menos fértil até a fértil. Os solos dos vales do Incomati e Sabiè são aluvionares e tem fertilidade média e elevada, com uma boa aptidão agrícola. Possui também, solos vermelhos, os pedocálicos, os pardos, os hidromórficos e os aluvionares⁷.

O distrito da Moamba conta com cerca de 229 mil hectares de terra arável, cerca de metade da área total. O sector agrícola ocupa 20% desta área, 24500ha de sequeiro e 9100ha irrigados e cerca de 60000ha de pastos. Possui cerca de 10000 explorações agrícolas familiares cuja área média é de 1,3ha. Possui em geral solos de baixa fertilidade, exceptuando os vales do Rio Incomati e Sabiè, com boa aptidão agrícola. De um modo

⁶ Governo do Distrito da Moamba, 2006: 9

⁷ Governo do Distrito da Moamba, 2006: 10

geral, a agricultura é praticada em explorações familiares de lha, em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. As principais culturas são o milho, a mandioca e o feijão-nhamba, seguido de batata-doce, amendoim, abóbora, acompanhado de verduras, peixe e carne de caça⁸.

1. 3-Breve Historial do Distrito da Moamba

A população originária da Moamba, é difícil de determinar. Segundo Lima e Marques, os povos da Moamba vieram do Oeste, conduzidos por Lebombo, que era chefe nos Montes Libombo⁹. Actualmente, o grupo Ronga da Família Thonga é o principal, seguido pelo grupo Shangana. Existem também segmentos Chopes e núcleos swazis da família Nguni¹⁰.

Por volta de 1730, Moamba era habitado por pequenos chefes independentes da tribo Ronga originada do cruzamento Tsonga com os Macarangas e mais tarde com Swazis e outros povos. A ocupação portuguesa das terras de Moamba data de 1833, com a construção das primeiras povoações comerciais¹¹. Mas, segundo Lima e Marques, no ano de 1833, somente foi arvorada a Bandeira Portuguesa por um destacamento sob comando do Capitão João António Mascarenhas¹². Devido a sua localização geográfica, passagem da linha férrea a sua importância aumentou e em 1927 passou a ser Sede do Distrito. Em 1964, pela portaria nº 17.731 de 18 de Abril, a povoação da Moamba foi elevada a categoria de Vila, tendo na altura 34 casas de alvenaria¹³.

⁸ Governo do Distrito da Moamba, 2006:13

⁹ Lima e Marques, 1973:8

¹⁰ Governo do Distrito da Moamba, 2006:16

¹¹ Governo do Distrito da Moamba, 2006:17

¹² Lima e Marques, 1973:8

¹³ Governo do Distrito da Moamba, 2006:17

1. 4- Contextualização histórica do trabalho migratório

O desenvolvimento do capitalismo em Moçambique foi um processo bastante complexo. Isto porque a burguesia portuguesa não conseguiu fazer com que as suas colónias servissem exclusivamente as suas necessidades de acumulação capitalista. É devido a este factor que Wuyts, sugere que o colonialismo em Moçambique não pode ser analisado apenas com referência a Portugal, enquanto potência colonizadora, tem de ser tomado em conta a dominação do capital imperialista não português.¹⁴ A dominação do capital não português sobre as colónias constituiu a principal forma de exploração do governo colonial português.

Para Manghezi, a forma dominante da penetração capitalista no Sul de Moçambique não se limitou apenas à utilização da região como reserva de mão-de-obra para o capital mineiro sul africano. O regime colonial português também tentou com resultados variáveis explorar directamente a colónia. Após a Conferência de Berlim em 1895, em certas zonas do país, a terra foi alugada a companhias concessionárias, noutras zonas as melhores terras foram escolhidas e parceladas para serem ocupadas por colonos agricultores, em outras zonas a terra foi designada por “reservas indígenas”, das quais os colonos estavam supostamente excluídos.¹⁵

Logo após a Conferência de Berlim em 1885, a economia moçambicana teve como característica principal, o de servir aos interesses das potências imperialistas com capital superior ao de Portugal. A região Centro do país caracterizou-se pela predominância de uma economia de plantações, sob tutela das Companhias de Moçambique (com capital

¹⁴ Wuyts, 1980: 9

¹⁵ Manghezi, 1984: 22

britânico e francês), da Zambézia e Societé du Madal, com capital predominantemente francês, a região Norte também era dominada pela economia de plantações e estava sob tutela da Companhia do Niassa com capital alemão.

Devido ao trabalho migratório para a África do Sul, cujo o Governo Colonial Português através de acordos inter-estatais conseguiu o monopólio do recrutamento directo de trabalhadores, uma fonte importante dos rendimentos de Portugal provinha do imposto sobre a migração cobrado directa ou indirectamente, pagamento diferido do trabalhador migrante em Libra ou em ouro e que o governo colonial pagava aos migrantes em moeda local, o Escudo, o que fez com que o Governo Colonial Português acumulasse moedas estrangeiras¹⁶.

Este fenómeno de migração não iniciou apenas depois da Conferência de Berlim. Desde cerca de 1850, entre os homens da região Sul de Moçambique era tradição viajarem para a África do Sul para trabalharem nas plantações de cana de açúcar no Natal e para o Cabo. Em 1857, 300 pessoas viajaram para o Natal. Com a descoberta das minas de diamantes em Kimberley (Estado Livre de Orange), em 1867, a emigração intensificou-se ao longo dos anos 1870. Entre 1871 a 1873 foram transportados de Moçambique para o Natal 1000 trabalhadores. Mas já em 1876, estimava-se em cerca de 7800 moçambicanos a trabalhar nas plantações do Natal e de 1876 a 1883, cerca de 3200 moçambicanos embarcaram de Moçambique para o trabalho assalariado na África do Sul¹⁷ na construção da linha férrea na Cidade do Cabo. Mas é a partir de 1896 que o Governo Colonial Português autoriza a emigração voluntária para a Republica Sul

¹⁶ Gaspar, 2006: 37

¹⁷ Harries, 1994: 25-26

Africana, depois da descoberta das minas de ouro de Witwatersrand em 1886 que tornou mais intensa a procura de mão-de-obra moçambicana.¹⁸

1.5- Balizas cronológicas

O estudo tem como delimitações cronológicas os anos 1950 e 2000. A escolha destas balizas cronológicas deveu-se ao facto do Governo Colonial Português ter instituído na década 50 os Planos de Fomento, que levaram a formação do sistema de colonatos. Este processo levou a expropriação de terras férteis, nos vales dos principais rios que outrora eram pertença do campesinato. Sendo estes afastados para as terras baixas que eram vulneráveis a inundações, altas e de sequeiro que não eram propícias para a prática da agricultura, que já era praticada pelos nativos, usando por vezes métodos produtivos avançados, como por exemplo o uso da charrua de tracção animal introduzida pelos trabalhadores migrantes.

O ano 2000, devido as cheias devastadoras que assolaram este distrito levando a perda quase total da campanha agrícola. Muitos instrumentos de produção, como motobombas, charruas e alguns tractores ficaram submersas, o que de certa forma contribuiu para uma fraca produtividade nos anos seguintes.

Portanto, há uma série de dinâmicas que surgem dentro do período 1950-2000. O período anterior a 1950 também é bastante importante, porque só através dele será possível entender o período que estudamos.

¹⁸ Covane, 1989: 14

1.6-Objectivos do Trabalho

1.6.1- Objectivo Geral:

- analisar a contribuição do rendimento do migrante para o desenvolvimento da agricultura no distrito da Moamba.

1.6.2-Objectivos específicos:

- analisar diferentes períodos da aplicação do rendimento do migrante na agricultura entre 1950-2000.

- mostrar a importância que os rendimentos dos migrantes tiveram para o desenvolvimento da agricultura camponesa;

- identificar os extractos que surgem dentro do campesinato, como resultado da diferenciação salarial entre os migrantes;

- discutir as consequências do repatriamento dos migrantes para a agricultura;

- analisar a dinâmica do período após a Assinatura do Acordo Geral da Paz.

1.7- Hipóteses de trabalho

O trabalho migratório trouxe uma nova dinâmica para o desenvolvimento da agricultura no distrito da Moamba, facilitou a introdução da charrua de tração animal e mais tarde outros instrumentos de produção como por exemplo, a introdução de tractores. Isto porque os migrantes usavam parte dos seus rendimentos para adquirirem equipamentos e insumos agrícolas para melhorarem a produtividade de suas terras. Levando deste modo ao crescimento da agricultura camponesa, o que fez com que surgissem pequenos grupos de produtores agrícolas orientados para o mercado.

1.8- Motivações e Justificação

Ao longo da fase inicial de levantamento bibliográfico relacionado com a questão que abordamos, notou-se que grande parte do material existente em artigos publicados e não publicados, teses, livros e outras fontes credíveis para o processo de investigação, aborda o período colonial. Outro aspecto é que o material disponível centra-se em analisar a questão do trabalho migratório e suas repercussões nas províncias de Gaza e Inhambane, abordando de uma forma superficial a questão da província de Maputo. O facto de ser limitado o material bibliográfico que trata do assunto que pretendemos abordar principalmente o período após 1992, motivou-nos a analisar este tema.

Outro aspecto que nos motiva é o facto do distrito da Moamba ser maioritariamente habitado por uma população rural, vivendo da agro-pecuária, associado ao trabalho migratório para a África do Sul. Segundo o censo da população de 1997, a população recenseada era de 43396, mas, nas estimativas de 1 de Janeiro de 2005 Moamba possuía cerca de 62392 Habitantes e a Taxa de urbanização era de 26%¹⁹. É um distrito próximo de duas cidades, Maputo e Matola. Encontram-se neste distrito os regadios de Sábiè e Incomati. As relações de vizinhança que Moamba mantém com a República da África do Sul têm influenciado fortemente na estrutura ocupacional da sua população. Isto porque, o mercado de trabalho sul-africano, em particular o da indústria mineira dá emprego a cerca de milhares de moçambicanos, e Moamba, por se situar na vizinhança, está intensamente envolvido nesta indústria mineira. Acrescentando a estes aspectos todos, motiva-me também o facto de conhecer a realidade actual em que se vive no distrito da Moamba.

¹⁹ Governo do Distrito da Moamba, 2006: 8

1.9- Metodologia

Para a realização deste trabalho centrou-se na metodologia usada nas Ciências Sociais. O primeiro momento centrou-se num levantamento bibliográfico, para um conhecimento e abordagem do tema em estudo, fazendo uma análise crítica e cuidadosa da documentação.

Devido a limitação dos recursos financeiros e materiais, o material analisado adquiriu-se nos centros de Documentação da Cidade do Maputo, pese embora em algum momento termos conversado com algumas pessoas que directamente encontram-se inseridas no tema em que abordamos, os informadores, basicamente em forma de entrevistas não estruturadas.

Os centros de consulta foram o Arquivo Histórico de Moçambique, o Centro de Estudos Africanos, a Biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, a Biblioteca Nacional, o Centro de Documentação da Assembleia da República, o Centro de Documentação do Ministério da Agricultura e documentos da Administração do Distrito da Moamba. Nestes locais foram consultadas fontes primárias e secundárias.

A realização deste trabalho também foi possível graças a utilização da documentação primária que se encontra no Armazém do Arquivo Histórico de Moçambique, por exemplo documentos do Fundo da Administração da Circunscrição do Sabiè e do Fundo da Administração do Concelho da Moamba.

A análise foi feita de uma forma comparativa com os estudos feitos pelos autores que tratam deste assunto, mas centrando-se às regiões de Inhambane e Gaza, pois existe um número reduzido de literatura para a região do Maputo.

1.10-Revisão bibliográfica e problematização

O trabalho migratório para a África do Sul é um processo que vem desde antes da imposição do Sistema Colonial Português em Moçambique e fez-se sentir principalmente no Sul de Moçambique (províncias de Maputo, Gaza e Inhambane). Com a imposição do Sistema Colonial, nestas províncias, a forma dominante de penetração capitalista adoptado pelo Governo Colonial Português passou a ser a de exploração de mão-de-obra para as plantações sul-africanas e mais tarde para as minas sul africanas.

Com este sistema de exploração, a população masculina destas províncias transformou-se num semi-proletariado que oscilava entre o trabalho nas plantações e minas sul africanas, onde passavam maior parte dos anos produtivos e a sua aldeia onde a família mantinha uma parcela de terra para o cultivo.

Existe muita literatura que aborda a questão do trabalho migratório, principalmente para as plantações e minas da África do Sul. As causas do trabalho migratório e o seu contexto, associado as suas consequências são referenciados em vários trabalhos científicos de diferentes autores que abordam a questão do trabalho migratório para a África do Sul²⁰.

Para Penvenne, o movimento dos homens para o trabalho assalariado, deve ser atribuído ao declínio do comércio do marfim, de peles, dificuldade de comercialização dos produtos agrícolas, as doenças que atacaram o gado destruindo a acumulação através do gado bovino que era a principal forma de acumulação, o que fez com que as comunidades refugassem. Com isso tudo os recrutadores encontraram facilidades, obrigando os homens a venderem a sua força de trabalho para recuperarem as perdas, isso

²⁰ Covane, 1989 e 2001; Penvenne, 1982; Crush, Jeeves and Yudelman, 1991.

tudo associado a natureza da estrutura social das comunidades e mais tarde pelo trabalho coercivo²¹.

Esta ideia, é também fundamentada por Covane, que refere que comerciantes ingleses de marfim e caçadores baseados em Durban começaram a visitar o Sul de Moçambique a partir de 1824 até finais da década 1870. Neste período, as peles dos animais selvagens e marfim constituíam os principais produtos através dos quais a população tinha acesso a produtos importados como, roupas, sapatos, enxadas, principalmente. A população de elefantes reduziu a partir da década 1870 prejudicando o comércio. Este, foi gradualmente substituído pela migração para o Natal e para a colónia do Cabo, mas a seca e a fome de 1860-61 contribuíram para uma rápida subida de emigrantes no Natal vindos do Sul de Moçambique²². A questão de acumulação e o lobolo, jogaram um papel importante para a retirada da mão-de-obra para as minas sul africanas. Com a invasão Nguni, os nativos perderam as suas terras férteis e o seu gado. Como forma de adquirir mulheres, os homens tinham que participar em trabalhos assalariados para obterem dinheiro para o casamento e para reporem os prejuízos²³.

Na opinião de Covane, muito antes do estabelecimento efectivo da administração colonial, os homens já emigravam de Delagoa Bay para as plantações de cana de açúcar do Natal, mas é com a descoberta das minas de diamante em Kimberley em 1867 e mais tarde as minas de ouro em Witwatersrand em 1886 que a emigração assumiu grandes proporções²⁴.

Segundo Harries, em 1857 foram recrutados 300 amatongas para o Natal, em 1863, que considerou como o auge do Natal, o Governo Sul-africano nomeou John Dunn, para

²¹ Penvenne, 1982: 12-16

²² Covane, 2001: 86

²³ Penvenne, 1982: 12-16

²⁴ Covane, 1986:13

supervisionar a emigração dos amatongas e neste mesmo ano, o Rei Zulo, Mpande, disse que o tributo pago a ele pelo Maputo, baixou devido a grande maioria das pessoas se encontrarem a trabalhar no Natal. Dois anos mais tarde, o governo de Lourenço Marques reclamou, isto porque os moçambicanos abandonaram a agricultura indo trabalhar no Natal²⁵.

Em 1872, haviam cerca de 8000 trabalhadores no Natal, um ano antes, foi criada a Liga do Trabalho por 200 plantadores, que tinha como objectivo, regular o fornecimento de mão-de-obra para as plantações. De Outubro de 1871 à Setembro de 1873 foram transportados de Moçambique para o Natal cerca de 1000 trabalhadores, e em 1876, estimava-se em cerca de 7800 trabalhadores moçambicanos no Natal²⁶.

Mas com a descoberta das minas de diamantes em Kimberley, como sustenta o Magistrado Residente do Natal, muitos moçambicanos passaram a ir para as minas do diamante. Os moçambicanos começaram a substituir os Pedi e os Sotho nas minas de diamante. Neste período, o salário pago era de 30 Shellings por semana, que era oito vezes maior que o salário pago nas plantações. Outros iam para a construção da linha férrea no Eastern e Western Cape, onde entre Julho e Maio de 1882, cerca de 3200 trabalhadores foram embarcados sob contractos a partir de Lourenço Marques para Cidade do Cabo. Em 1880, os moçambicanos constituíam 1/3 dos cerca de 22000 trabalhadores negros nas minas do diamante e cerca de 3000 nas minas de ouro do Transvaal e nas construções²⁷. Entre 1881 a 1882, cerca de 4340 moçambicanos foram ao Natal²⁸.

²⁵ Harries, 1994: 19

²⁶ Harries, 1994: 20-25

²⁷ Harries, 1994: 26-27

²⁸ Harries, 1994: 40

Para Newitt, pelo facto de uma grande parte da região da baixa-savana possuir um clima muito atreito a secas e ser constituído por solos pobres que são pouco produtivos mesmo nos anos bons, a emigração foi sempre uma das opções para a sobrevivência em épocas difíceis. Durante o século XIX, houve a ascensão do Estado de Gaza que se fez acompanhar de extorsão regular e sistemática das populações periféricas, através dos impostos e das pilhagens. As classes dominantes de Gaza exigiam os pagamentos de impostos em gado, produtos importados, mulheres e crianças. Estas extorsões levaram grande parte da produção excedentária das comunidades rurais²⁹.

A procura intensa de marfim fez com que na década de 1870, as manadas de elefante abandonassem a baixa savana e destruíssem um recurso importante, isso tudo associado as guerras civis na sequência da morte de Soshangane em 1858, o que provocou uma destruição generalizada, principalmente no extremo Sul, que foi devastado ano após ano pelos ataques swazis. Muitas pessoas ficaram sem recursos, outras sucumbiram de fome e epidemias, algumas reuniram-se em aglomerados fortificados. Com isso, os recrutadores de mão-de-obra encontraram facilidades em obrigar os trabalhadores a assinar contratos para as plantações de açúcar do Natal³⁰. Mas uma questão coloca-se, *porquê mão-de-obra estrangeira?*

Segundo Covane, esta preferência dos empregadores em relação à mão-de-obra estrangeira, em particular a moçambicana foi devido a impossibilidade dos empregadores, das plantações tanto como das minas em recrutar mão-de-obra suficiente nas formações locais (Natal, por exemplo). Isso porque nelas a agricultura era capaz de satisfazer as necessidades fundamentais, e também, pelo facto da penetração do capital monetário não ter atingido um nível significativo, associado ao facto das formações políticas

²⁹ Newitt, 1997: 420

³⁰ Newitt, 1997: 420

independentes mais próximas das zonas das grandes exportações económicas (o Reino Zulo por exemplo) não promoverem a emigração dos seus homens para garantir o seu sustento, a manutenção e a reprodução das classes dominantes.³¹ Como fundamenta Theophilus Shepstone, Secretário para os Assuntos Indígenas do Natal na sua explicação em 1872, citado por Covane:

Os indígenas da colónia não são e nem serão os fornecedores da mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar e de café nos distritos costeiros. Eles são, eles próprios, produtores de grande parte da comida necessária para sustentar os trabalhadores das plantações³².

É neste âmbito, que a administração colonial portuguesa, na tentativa de colher alguns benefícios à crescente procura de mão-de-obra, declarou livre e legal a emigração, pelo porto de Inhambane, de trabalhadores contratados em 1885. Em 1888, atendendo a um pedido do Governo de Natal, autorizou a saída livre de emigrantes dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane e reconheceu dois agentes que teriam como funções o controlo dos processos de recrutamento e do envio de trabalhadores³³. Esses agentes eram José de Sousa Teixeira, que estava localizado em Inhambane e Paulino Fornazine, em Lourenço Marques³⁴.

A partir de 1895, com o início das campanhas militares de ocupação no Sul de Moçambique, deu-se um novo marco nas relações económicas entre Moçambique e as colónias britânicas, bem como as repúblicas boers, principalmente com a prisão de Ngungunhane no dia 23 de Dezembro de 1895, que era o imperador de Gaza. A partir de 1896, o governo português estabeleceu contactos com a Câmara de Minas, que viriam a resultar em acordos para o estabelecimento de um sistema de recrutamento da força de

³¹ Covane, 1989: 15

³² Covane, 2001: 86-7

³³ Idem

³⁴ Covane, 1989: 20

trabalho em Moçambique e neste mesmo ano, foi criada pela Câmara de Minas a Rand Native Labour Association (RNLA)³⁵

Muitos outros acordos foram assinados entre as autoridades empregadoras sul-africanas (Câmara de Minas) e o governo colonial português, depois da criação da WENELA em 1887, que a partir de 1901 assinou alguns acordos de monopólio de recrutamento de mão-de-obra de Moçambique para Africa do Sul. A partir de 1902 inicia com as suas actividades, mas limitado ao Sul de Moçambique. A economia camponesa do Sul de Moçambique, devido a este sistema, tornou-se gradualmente dependente de insumos agrícolas e salários dos migrantes. O sistema desequilibrou a divisão de trabalho por sexo na produção agrícola camponesa. A população masculina passou a seguir para as minas como forma de obter dinheiro para a compra de instrumentos de produção e fazer face ao deficit que a agricultura familiar não conseguia cobrir³⁶.

Outro aspecto importante que se notou é que o migrante não era portanto necessariamente um assalariado por toda a vida, aspirava deste modo voltar para expandir e consolidar a sua produção familiar. O trabalho migratório era um passo para o desenvolvimento da base económica dos agregados familiares das zonas rurais do Sul de Moçambique de modo a estabelecerem-se na actividade agrícola³⁷.

O Investimento do rendimento dos emigrantes na agricultura é visível no Distrito da Moamba. Por exemplo, a Brigada do CEA fez um estudo em 1987 no Vale do Sábie que permitiu compreender este investimento na agricultura:

Daniel Ubisse, é um operário/ camponês que comprou gado bovino com o salário das minas. Da venda de algum gado bovino e dos salários dos seus quatro filhos que até então trabalhavam nas minas, a família conseguiu comprar um tractor e uma motobomba e começou a cultivar uma parcela fértil no vale do rio Sábie³⁸.

³⁵ Opocit: 35

³⁶ CEA, 1987: 19

³⁷ opocit

³⁸ Idem 27

Estes dados mostram que no distrito da Moamba, alguns migrantes investem os seus salários na compra de gado bovino e instrumentos de produção para poderem integrar-se na agricultura e normalmente mantêm um familiar trabalhando na África do Sul para fazer face as crises que podem surgir.

Até o primeiro ano após a proclamação da independência, o sector privado dominava a imagem da produção agrícola do distrito da Moamba. Nessa altura os centros principais de produção agrícola eram a margem direita do rio Incomati e as margens do rio Sábie. Ao sector familiar foi-lhe reservado os regadios do Instituto do Algodão, Instituto de Cereais em Sábie (Regadio de Daimane) com cerca de 210has e Malengane com aproximadamente 150has³⁹.

Nestes locais os camponeses cultivavam de 1 a 3has, associados com os rendimentos trazido das minas sul africanas.

Com a independência de Moçambique em 1975, muitos dos colonos retiraram-se da Moamba. As suas propriedades passaram a formar a Empresa Agrícola da Moamba e outras formaram as cooperativas agrícolas, como forma de racionalizar o uso dos esquemas de irrigação⁴⁰. O sistema de cooperativas agrícolas implementado no período pós colonial vai coincidir com a decisão sul africana de 1976 em diminuir o número de recrutamento de trabalhadores emigrantes vindos de Moçambique, depois de um aumento consideravelmente superior em 1975, como forma de solucionar o problema de mão-de-obra nas minas motivadas pela decisão do governo Malawiano em por fim ao trabalho migratório em 1974, tendo como razão oficial o acidente aéreo em Francistown no

³⁹ Boff, 1985: 1

⁴⁰ Ibidem. Pag: 2

Botswana, que vitimou mortalmente 74 emigrantes malawianos⁴¹. A redução foi em mais de 50% das médias dos anos anteriores.

Tabela 1. Números de trabalhadores recrutados a partir de Moçambique para a África do Sul entre 1973 a 1977

ANO	NÚMERO DE TRABALHADORES
1973	74 759
1974	86 324
1975	113 488
1976	32 648
1977	36 447

Fonte: Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 233

A referida baixa de recrutamento fez-se sentir principalmente sobre jovens que iniciariam a sua vida de trabalho nas minas e sobre operários e camponeses que recorriam ao trabalho migratório para solucionar o deficit da sua produção familiar⁴². Aqui é importante observarmos em que contexto histórico surge esta baixa de recrutamento.

Nos anos 70, começam a surgir mudanças na interacção económica entre a África do Sul e os estados da região Austral da África. Para Davies, estas mudanças surgiram como resultado dos efeitos da longa recessão económica que vinha afectando a economia mundial, como também da consequência da crise específica do Apartheid e em parte devido também das acções conscientes do capital e do estado na África do Sul e das acções dos estados independentes da região⁴³. Neste período, verificou-se uma redução no envolvimento da África do Sul em dois importantes tipos de relacionamento nos quais

⁴¹ Gaspar, 2006: 40

⁴² CEA, 1987: 21

⁴³ Davies, 1990: 148

historicamente tinha fortes acções: importação da mão-de-obra migratória e serviços de transporte. O recrutamento de trabalhadores emigrantes, a proporção dos trabalhadores estrangeiros nas minas da África do Sul diminuiu em aproximadamente 2/3 em 1975 para cerca de 40%, em meados dos anos 80. Isso é, de cerca de 220 000 trabalhadores emigrantes estrangeiros em 1975 para cerca de 183 000 emigrantes estrangeiros em 1984. O tráfego da África do Sul que passava através do Porto do Maputo desceu para cerca de 15% dos níveis de antes da independência⁴⁴. Esses dados mostram claramente que o relacionamento entre a África do Sul e Moçambique diminuiu bastante neste período.

Davies argumenta também que as mudanças, da década 70, foram motivadas pelas tendências da acumulação de capital na África do Sul, da luta de trabalhadores na indústria mineira, do crescente desemprego na África do Sul e da necessidade de aumentar a produtividade do trabalho por forma a tornar mais rentável a produção face ao declínio da qualidade média do minério, o que levou a mecanização e internalização do processo de produção. Isto implicou uma redução geral na procura de mão-de-obra não especializada. Iniciou-se a dar maior prioridade aos recursos da mão-de-obra no interior da África do Sul e por outro lado temos a manipulação das relações económicas regionais para fins estratégicos.⁴⁵

⁴⁴ Davies, 1990: 148-149

⁴⁵ Davies, 1990: 149

Tabela-2. Relação de Trabalhadores migrantes recrutados no interior da Africa do Sul e em Moçambique entre 1970-1980, para as minas Sul-africanas

ANO	Trabalhadores sul- africanos	Trabalhadores moçambicanos
1970	98917	93773
1971	81806	75365
1972	86399	73936
1973	94653	74759
1974	103966	86324
1975	189165	113488
1976	288344	32648
1977	366255	36447
1978	311380	37905
1979	265790	25090
1980	248333	37734

Fonte: Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 233

Estes dados mostram que a mão-de-obra estrangeira, em particular a moçambicana, nas minas estava a ser paulatinamente substituída pela sul africana e o recrutamento de noviços baixou, a chamada internalização da mão-de-obra.

Por um lado temos a questão da cooperativização do meio rural, cujo teor da campanha, segundo Boff, era: "o novo estado moçambicano se encarrega de dar tractores, motobombas, sementes e adubos, terras lavradas e assistência técnica a todos os que queiram trabalhar em cooperativas"⁴⁶, e por outro temos a questão da baixa do recrutamento da mão-de-obra para as minas. Estes dois aspectos vão de certa forma trazer

⁴⁶ Boff, 1985: 2

consequências negativas para o desenvolvimento de uma agricultura camponesa no distrito da Moamba logo após a proclamação da Independência.

No dia 8 de Outubro de 1986, o governo sul-africano tomou a decisão de expulsar trabalhadores migrantes moçambicanos que se encontravam nas minas sul africanas. Impedia o recrutamento de novos moçambicanos e a renovação dos contratos em certas categorias de mineiros já contratados⁴⁷.

Esta decisão foi fortemente contestada pelas entidades patronais das minas, o que fez com que no ano seguinte, em 1987, o governo sul africano tivesse que rever a situação, limitando o recrutamento de noviços e de alguns cujo contrato havia expirado, permitindo a permanência por mais algum tempo de alguns trabalhadores que tinham uma categoria especializada e experientes. Ora vejamos, em 1984 foram recrutados de Moçambique cerca de 42294 trabalhadores migrantes para as minas da Africa do Sul, em 1985, foram recrutados 52410 trabalhadores⁴⁸. Neste período, verificou-se um aumento no recrutamento de trabalhadores moçambicanos em cerca de 10000. Em 1986 foram recrutados de Moçambique cerca de 44258 trabalhadores e em 1987 cerca de 39599 trabalhadores, o que mostra uma relativa diminuição de recrutamento a partir de Moçambique, mas a partir de 1989 o número de trabalhadores emigrantes recrutados de Moçambique para a Africa do Sul registou um aumento considerável, cerca de 44015 trabalhadores recrutados⁴⁹. Isso mostra que embora tenha sido tomada a decisão de expulsão de trabalhadores migrantes moçambicanos nas minas a partir de Outubro de 1986, o recrutamento prevaleceu. Pois a mão-de-obra moçambicana, muitas vezes era especializada e ocupando cargos de chefias nas minas.

⁴⁷ CEA, 1987: 1

⁴⁸ Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 233

⁴⁹ Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 233

Com esta selecção, vai surgir dentro do campesinato diferentes extractos, isso acrescido pelo facto de na década 70, os salários dos mineiros terem subido bastante. Cerca de metade da força de trabalho moçambicana ocupava lugares nas mais elevadas posições do leque das ocupações que nas minas sul africanas podiam ser atribuídas a trabalhadores negros, isso em 1985. Cerca de 55,7% ocupavam lugares correspondentes as categorias salariais 5 e superiores. Eram trabalhadores semi-especializados, 25% ocupavam posições mais elevadas atribuídas aos negros nas minas com categorias salariais 8 e 9, como por exemplo, trabalhos administrativos, supervisão⁵⁰. Estes dados são bastante importantes porque mostram em como, o nível salarial dos trabalhadores moçambicanos, associado a permanência de alguns trabalhadores especializados, contribuíram para a diferenciação no investimento na agricultura, pois estes, diferentemente dos outros que ficaram sem acesso ao trabalho migratório podiam investir os seus rendimentos na agricultura.

No período após a Assinatura do Acordo Geral da Paz, há um fenómeno invulgar, que caracteriza não só o distrito da Moamba mas também a maioria das zonas rurais da província de Maputo. Há um movimento de alguns indivíduos vindos principalmente da cidade de Maputo e da África do Sul que adquirem as melhores áreas produtivas desta região para a criação de gado, prática da agricultura ou mesmo para fins especulativos, limitando deste modo o desenvolvimento de uma agricultura capitalista por parte dos camponeses da Moamba. O trabalho migratório era uma forma de fazer face as crises provocadas por calamidades naturais, como seca por exemplo. Como Sustenta Manghezi, a penetração capitalista na região, no século XIX, e a politica económica e social do regime colonial, destruíram a economia agrária, o que reduziu drasticamente a capacidade

⁵⁰ CEA, 1987: 10-11

estratégica das populações rurais de lutarem contra as calamidades. Devido a estes factores, as famílias camponesas tornaram-se dependentes do trabalho assalariado⁵¹. Na opinião de Covane, que centraliza o seu estudo na região de Gaza, a agricultura não era a grande motivação para a emigração. Os camponeses não foram motivados a viajar para obter insumos agrícolas. Mas sim, um conjunto de vários factores, económicos, climatéricos e outros⁵². O que eu pretendo mostrar é a relação existente entre o trabalho migratório para a África do Sul e a agricultura local (praticada pelo camponês) no Distrito da Moamba. Isto é, até que ponto o trabalho migratório contribuiu para o desenvolvimento da agricultura camponesa no Distrito da Moamba?

⁵¹ Manghezi, 1983: 20-21

⁵² Covane, 2001: 44 e 118

CAPITULO 2-As Causas que levaram a população da Moamba a emigrarem para a África do Sul

Este capítulo tem como objectivo discutir as diferentes causas que levaram os camponeses do distrito da Moamba a emigrarem para o trabalho assalariado na África do Sul. Foi um conjunto de vários factores que levaram à movimentação dos camponeses ao trabalho assalariado na economia sul-africana, e que dentre eles, destacam-se as causas económicas, a questão do trabalho forçado e o imposto de palhota, a questão da expropriação e o exemplo da Premier Cotton Plantation na Moamba, a questão de acumulação e Lobolo e a questão do conflito armado.

2.1- A causa económica

A causa económica jogou um papel importante para a saída dos homens da Moamba para o emprego assalariado na África do Sul. O emprego assalariado era uma forma de adquirir dinheiro para a compra de insumos agrícolas e alimentação para cobrir o deficit na produção familiar. Como sustenta José de Almada, observador colonial, citado por Covane:

Se os indígenas pudessem encontrar emprego aqui (território moçambicano), eles poderiam deixar de ir para as minas. Isso é, eles não emigrariam nem sob contrato nem ilegalmente, mas se eles não encontram empregos bem pagos aqui, eles encontrarão formas de se escapulir em direcção as minas, mesmo que levantemos arame farpado na fronteira e coloquemos policiaes afastados alguns metros um dos outros, e conclui dizendo que eles encontram no Rand o que não conseguem em Moçambique.⁵³

Este ponto de vista, refere-se a antes de 1930, mas a questão prevaleceu até ao período após a proclamação da independência.

⁵³ Covane, 2001: 110-111

A diferença dos salários oferecidos pelos agricultores coloniais do Sul de Moçambique e pela Industria mineira sul-africana era maior, o que fez com que muitos camponeses do sul de Moçambique optassem por viajar. Newitt, fundamenta esta posição com a seguinte constatação: "Já em 1920, o mineiro na África do Sul recebia acima de cinco vezes mais que um trabalhador em Moçambique e tendo em consideração que ele recebia alimentação e alojamento gratuito..."⁵⁴

Em suma, os moçambicanos viajavam porque não encontravam empregos bem pagos no seu território. Mas actualmente os que viajam, a maioria o fazem devido ao elevado nível de desemprego nos seus locais de origem.

2.2- A questão do trabalho forçado e o Imposto de Palhota

O Governo Colonial Português adoptou o Sistema de Trabalho Forçado devido a incapacidade do capital local em atrair mão-de-obra moçambicana voluntária para a agricultura colona. O trabalho forçado serviu para fazer face ao deficit interno da mão-de-obra. Como ilustra Zamparoni, a história da dominação colonial está intimamente ligada à exigência do fornecimento do trabalho pelos dominados para criar as condições de riqueza dos dominadores, submetendo a população e fazer produzir para satisfazer os interesses do capitalismo baseando-se na cobrança dos impostos e trabalho forçado. A cobrança dos impostos era mais uma prática para compelir os trabalhadores moçambicanos às machambas dos colonos e aos serviços urbanos⁵⁵.

Quem não conseguisse pagar os impostos era fornecido aos colonos para trabalhar por prazo que variavam muito, chegando por vezes a seis meses ou mesmo um ano. No

⁵⁴ Newitt, 1981: 114

⁵⁵ Zaparoni, sd: 45-46

Sul de Moçambique exigiam que o imposto fosse em Libra-Ouro, que tinha mais valor que a Moeda portuguesa⁵⁶.

A intensificação da emigração foi motivada ou era implementada como reacção às condições de trabalho extremamente péssimas existentes em Moçambique. Para tal, emigração era uma solução para livrar-se do sistema no qual todo o homem, mulheres e crianças estavam em perigo de serem enviados para o trabalho forçado. O trabalho migratório neste contexto era mais do que uma fuga, era uma necessidade. Permitia aos camponeses complementarem a sua própria produção de bens alimentares com um salário. Deste modo os camponeses moçambicanos foram forçados a emigrarem⁵⁷.

Na Moamba, em 1930, havia um administrador, Júlio Augusto Pires que recrutava jovens para a colheita do algodão, levando a uma forte contestação da população local. Segundo o regulo Vundiça⁵⁸, esta colheita era feita de uma forma forçada, com salários muito baixos e em condições péssimas. Por isso, parte da população preferia emigrar para a África do Sul⁵⁹. Nos finais de 1943, existia também nesta região do país o imposto de palhota, em que cada chefe de família tinha que pagar anualmente por cada uma das suas palhotas 50 a 75 escudos; depois existia o imposto de capitação em que os homens pagavam 150 escudos. Este aplicava-se também a todas as mulheres com mais de 18 anos, viúvas e casadas. O imposto de viúvas e solteiras levava a que certos pais “vendessem” as suas filhas ou que essas se prostituíssem. Este imposto era conhecido por *mudende*.⁶⁰

⁵⁶ Idem

⁵⁷ Covane, 2001: 164

⁵⁸ O ultimo soberano da Moamba antes da conquista desta região.

⁵⁹ Honwana, 1985: 73

⁶⁰ Honwana, 1985: 75

Neste período, o salário pago a um trabalhador agrícola era de 75 escudos por mês. Se o homem tivesse duas ou três mulheres e outras tantas palhotas e filhas solteiras de mais de 18 anos, ainda que trabalhasse mais de um ano no chibalo, o dinheiro ganho nunca seria suficiente para satisfazer os impostos.⁶¹ Isso tudo mostra porquê a emigração nesta parte do país era frequente

2.3- A questão da expropriação e o exemplo da Premier Cotton Plantation na Moamba

A *Premier Cotton Plantation* era uma companhia sul-africana que produzia algodão em larga escala no Sul de Moçambique usando o chibalo. A maioria dos trabalhadores era enviado para o chibalo por falta de pagamento de imposto. Esta companhia estabeleceu-se na Moamba em 1924. Os trabalhadores recebiam 75 escudos mensais, o que tornava cada vez mais precário o seu nível de vida. A agricultura africana neste período não auxiliava o chibalo porque aos camponeses tinham sido usurpados as melhores terras de produção, como fundamenta o extracto seguinte: “os negros não tinham facilidades agrícolas. Eles eram escorraçados das suas terras mais férteis, onde estavam fixados há varias gerações, para dar lugar aos colonos e as companhias”⁶²

Dando continuidade as expropriações, Honwana relata:

Lembro-me a propósito disto (expropriação), das terras que em 1922, eu percorri na área do chefe de terras Mahubana quando andava a fazer o recenseamento. Na altura eu trabalhava no Posto Administrativo de Ressano Garcia. Então, aquela zona conhecida por *Ka Nwa Xiguavulane* era muito povoada, os moçambicanos ali tinham machambas e eram tradicionalmente grandes criadores de gado. Havia até um comerciante bastante prospero na região, o Jackson Cossa, que também era criador de gado. Quando em 1936 fui a Moamba como interprete, aquelas terras tinham sido todas cedidas a colonos por concessão administrativa. Uma parte das terras eram do colono João Cristóvão, outra de Pina Cabral e outra ainda de alemães, os Requardt. Os pretos que dantes tinham lá estado foram varridos para muito longe do rio Incomati, para as montanhas e para Hlazine, junto dos Libombos. Até o próprio Mahubane tinha sido afastado para longe com a sua família e o seu gado⁶³.

⁶¹ palavras do régulo Nghanza da Moamba, nas suas declarações em Julho de 1945 ao Ministro das Colónias Marcelo Caetano na sua visita a Moamba. Citado por Honwana, 1985: 75

⁶² Honwana, 1985: 80

⁶³ opocit

Durante o período colonial, Moamba foi palco de grandes conflitos de terra entre camponeses e colonos levando muitos camponeses a emigrarem para a África do Sul, como sustenta um outro exemplo relatado pela jornalista Ofélia Tembe, contando a forma que o camponês Ezequias Ubisse viveu a questão da expropriação em 1966:

Eu tinha uma casa e fazia machamba ali. Chegou o senhor Armindo Silva e disse-me que tinha comprado o terreno onde eu me encontrava e deu-me prazo para tirar a casa, mandioca e milho cultivados. Fui expulso da minha terra, onde os meus avós cresceram e morreram. Esse colono tinha arma não havia meio de recusa, porque se isso acontecesse ele batia e mandava-me prender.... fomos meter a queixa na Administração da Moamba e o Administrador para nos tapar os olhos veio ao local para ver os terrenos, mas não resolveu nada porque o senhor Armindo não saiu do nosso terreno⁶⁴.

Esta situação trouxe como consequência a emigração para a África do Sul, pois muitas vezes os colonos introduziam o gado nas machambas dos camponeses para devorar as culturas e como forma de lutar contra as expulsões, os camponeses recusavam-se a trabalhar para os colonos⁶⁵.

2.4- A questão de acumulação e Lobolo

O processo de acumulação teve maior impulso com a invasão Nguni. Os nativos perderam as suas terras férteis e o seu gado.

Como forma de adquirir mulheres, os homens tinham que participar em trabalhos assalariados para obterem dinheiro para o casamento(*lobolo*).

A partir de 1860, a acumulação de riqueza por meio do gado diminuiu de uma forma drástica no Sul de Moçambique. O que fez com que muitos homens emigrassem como forma de repor o prejuízo.

⁶⁴ Tembe, 1982: 18-19

⁶⁵ Idem

O gado que era a fonte para o lobolo no Sul de Moçambique, diminuiu bastante durante a invasão Nguni e mais tarde com a conquista portuguesa⁶⁶. Mas com a introdução da charrua o gado voltou a assumir um papel importante nas trocas matrimoniais, o que fez com que muitos emigrassem como forma de adquirirem dinheiro para a compra do gado afim de fazerem trocas matrimoniais.

2.5- A questão do Conflito armado

O sistema sócio-económico que tornou Moamba num distrito rico- exportação e importação da mão-de-obra, existência de machambas comerciais, de gado e de irrigação, entrou em crise no pós independência. Alguns destes sistemas que permitiam a reprodução e acumulação nas famílias desapareceram: trabalho migratório e criação de gado. A guerra e as políticas do estado no pós independência colocaram um stress muito grande sobre a população e acabaram por transformar quase todos em pobres. A guerra afectou o sistema de trabalho migratório, voluntário, sazonal e oscilante para a África do Sul. Os residentes da Moamba foram sujeitos a processos de migração forçada quer para a Africa do Sul quer para as cidades⁶⁷.

Moamba, é um distrito em que o último conflito armado fez-se sentir com maior intensidade, isso a partir de cerca de 1984, provocando a pilhagem de gado bovino, destruição das culturas e habitações. Isso tudo fez com que os camponeses vivessem numa situação de crises. Esta situação obrigou um significativo número de camponeses a emigrar para o trabalho assalariado na África do Sul e para as grandes cidades do país tais como Maputo e Matola. As consequências da guerra foram: migração forçada para a Africa do Sul e para locais mais seguros dentro do país, mortes

⁶⁶ Penvenne, 1982: 12

⁶⁷ Adam e Coimbra, 1996: 5

e destruição de infra-estruturas, criação de campos minados e de vedação electrificada na fronteira com a África do Sul, despovoamento do interior do distrito e concentração da população nas sedes dos distritos e dos postos administrativos onde havia uma certa protecção militar, empobrecimento dos camponeses ricos que perderam as suas manadas de gado. Este factor reduziu as capacidades para a produção agrícola e as áreas trabalhadas diminuiram⁶⁸.

⁶⁸ Adam e Coimbra, 1996: 10-11

CAPITULO 3-O Trabalho Migratório e a Agricultura no Distrito da Moamba

3.1-O Período entre 1950-1975

Até o primeiro ano após a independência 1976, o sector privado dominava a produção agrícola no distrito da Moamba. Os principais centros de produção agrícola eram a margem direita do rio Incomati e as margens do rio Sábiè⁶⁹.

No quadro da agricultura mecanizada, em que atendia o sector familiar eram os regadio do Instituto do Algodão/ Instituto dos Cereais localizados em Sábiè (regadio de Daimane com cerca de 210 Has) e Malengane com aproximadamente 150 Has⁷⁰.

Os camponeses produziam nestes regádios de um a três Has, tinham assistência técnica e lavouras feitas pelo Instituto do Algodão. Produziam algodão, trigo e knafe, que eram culturas de rendimentos e estava a cargo do Instituto do Algodão e produziam também milho, feijão e frutas para o consumo. Os agricultores negros não tinham a participação na gestão nem na administração, tudo estava à cargo do Instituto do Algodão.⁷¹ Os instrumentos de produção empregues eram enxadas, machados, catanas e charruas. Até em 1969, existiam cerca de 2485 charruas em toda a região de Machatuine⁷². Essas charruas eram compradas localmente ou na África do Sul.

Antes da proclamação da Independência em 1975, existiam camponeses que cultivavam de 1 a 2 hectares, dispunham de uma a duas charruas e a família era constituída por um número reduzido de filhos e mulheres. Os agricultores que tinham mais posse possuíam mais charruas e por vezes mais de duas mulheres, muitos filhos e

⁶⁹ Boff, 1985: 1

⁷⁰ Ibidem: 1-2

⁷¹ opocit

⁷² Filipe, 2000: 32

cultivavam entre 5 a 7 hectares, como era o caso de Misare Mucassa, Titosse Chivumbo, Mupissa e Machikwana Ndlalane⁷³, todos eles estavam localizados na região do Sabiè. Segundo informações fornecidas por Eléusio Filipe⁷⁴, muitos destes agricultores trabalhavam ou tinham trabalhado como assalariados na África do Sul e conseguiram comprar alguns instrumentos de produção e continuavam mantendo um familiar trabalhando na África do Sul⁷⁵.

O trabalho era feito ao nível familiar, envolvia sobretudo mulheres e filhos. O envolvimento do homem no trabalho agrícola era normalmente nos períodos de férias, no regresso das minas, mas limitava-se apenas à abertura de novas machambas⁷⁶, como mostra o relato de Carlos Ndlalane, emigrante entrevistado por Filipe, em Sabiè no dia 14 de Julho de 1999:

As nossas mulheres ficavam a trabalhar nas machambas, nós íamos para a África do Sul trabalhar para as nossas famílias. Comprávamos roupas e outros utensílios e vínhamos pagar o imposto, comprar gado bovino e caprino. As mulheres tinham que ficar a trabalhar nas machambas para alimentar os filhos. Ao voltarmos da África do Sul ficávamos pouco tempo em casa, porque assim que soubessem que tínhamos regressado vinham nos pegar para o chibalo⁷⁷.

A maioria dos emigrantes neste período, investiam os seus rendimentos na compra do gado bovino e alimentação. Isto porque as suas machambas estavam localizadas nas áreas de sequeiro e eram fortemente dependentes das chuvas. Eram vulneráveis as secas.

O impacto do trabalho migratório fez-se sentir em diferentes áreas, no modo de vida da população rural, na organização da produção, na própria economia rural e mais. Em suma, começa a surgir um novo estilo de vida no distrito da Moamba, em que destacam-se: o surgimento de redes de cantineiros, a introdução da charrua, a formação de classes sociais no meio rural, a questão da mão-de-obra, as mudanças nas relações de produção, o

⁷³ Filipe, 2000: 33

⁷⁴ Historiador, afecto ao Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 29 de Outubro de 2007

⁷⁵ Entrevista com Eléusio Filipe. Maputo, 29/10/2007

⁷⁶ Filipe, 2000: 33

⁷⁷ Filipe, 2000: 34

fortalecimento do papel da mulher, o surgimento de agricultores e criadores negros proeminentes na Moamba.

3.1.1- O surgimento de redes de cantineiros

No sul de Moçambique houve um aumento das redes comerciais (cantinas), principalmente de europeus e asiáticos. Isto foi motivado pela economia monetária resultante do trabalho migratório e da subida do poder de compra dos moçambicanos nesta região do país⁷⁸.

Na Moamba surgem as cantinas de João Cristovam em 1929, António Alves Barbosa em 1951, ambos de nacionalidade Portuguesa; Adam Ismail & C^a Sucrs. Ltda em 1932, Ebrahim Jossab em 1948, ambos de nacionalidade Paquistanesa, por exemplo. Surgem outras nas regiões de Sábiè, Pessene, Tenga, Chinhanguanine, Machatuine, Chanculo, Movene, Ressano Garcia e mais⁷⁹.

A rede rural de cantinas desempenhou um papel motivador para o incremento da emigração camponesa para empregos assalariados na África do Sul através da compra à credito de produtos para o consumo durante o período de fome, o que fez com que centenas de homens procurassem emprego para pagarem as dívidas.

3.1.2- Introdução da Charrua

Este é um novo instrumento de produção que vai desempenhar um papel importante para o aumento da produtividade dos camponeses na Moamba.

⁷⁸ Roesch, 1986: 27

⁷⁹ Fundo da Moamba. Cx.249: 31/03/1950

As referencias sobre a introdução da charrua, no meio agrícola rural, segundo dados fornecidos por Rosita Dava, entrevistada por Luís Covane em Inhamissa em 1994, não são anteriores a 1930, porque antes desta data era difícil fazer a acumulação de rendimento, mas com a introdução do pagamento diferido obrigatório a partir da Convenção de 1928, o uso deste instrumento passou a ser cada vez mais intensificado no Sul de Moçambique⁸⁰. Segundo Covane, esta Convenção facilitou alguns migrantes para usarem as suas economias para adquirirem charruas em Moçambique, tanto como na África do Sul e é neste período que membros de várias famílias camponesas apareceram com estes instrumentos e estabeleceram-se na agricultura⁸¹.

Mas isso não quer dizer que antes deste período não se usavam charruas na Moamba. A partir deste período que começam a surgir grandes produtores dentro do campesinato, alguns produzindo a tempo inteiro, com possibilidades de fazerem a acumulação. Com este progresso na agricultura, alguns camponeses somente aceitavam os contratos migratórios ocasionalmente como forma de fazer face as calamidades naturais ou para restabelecerem o seu gado ou bens materiais.

Na década 30, com a introdução da charrua e o desenvolvimento de uma agricultura de rendimento por parte do campesinato, o gado voltou a assumir um papel importante dentro da família camponesa. Para além de ser usado na agricultura voltou a assumir o seu grande papel nas trocas matrimoniais como mostram os extractos abaixo, datados da década 50:

Vão se apresentar na Delegação da Sanidade Pecuária desta localidade, os indígenas Jossias Mahupeque, filho de Chacufa e de Uamutune, das terras do chefe de grupo Gabaza, regedor Sepembene, desta Circunscrição e Chibulane Matabelule, residente nas terras do chefe de grupo Comati, regedor Manengul da Circunscrição de Magude, a fim de solicitar a necessária autorização para o segundo transferir do curral nº 48, situado nas terras de Gabaza 12 cabeças de gado bovino que recebe em pagamento de lobolo do segundo....⁸²

⁸⁰ Covane, 2001: 128

⁸¹ Idem

⁸² FM: Cx 249. A. C. Sábiè-Moamba. *Guia*. 18/03/1950

Vai se apresentar ao senhor ajudante de Pecuária da área de Chinhanganine, o indígena Chomula Cossa dono do curral nº 70, do chefe de grupo Jecuza, regedor Vundiça desta Circunscrição, a fim de fazer as seguintes alterações: do gado registado na pagina 2, do mesmo curral: 4 vacas, 4 novilhos, 1 novilha e 2 vitelos, passam para o nome de Mavulane Cossa, por ser gado proveniente do lobolo de sua irmã Chonipana. 1 vaca que resta fica registada em nome da indígena Siguale Macaba, mãe de Mavulane.⁸³

Com a introdução do cultivo forçado do arroz nos anos 40, tornou-se crescente o uso da charrua no Sul de Moçambique. As pessoas adoptaram estratégias diferentes para terem acesso ao novo instrumento de produção. Aqueles que não dispunham de meios para comprar uma charrua, colaboravam uns com os outros para se complementarem, como mostra um exemplo vivido na região de Matukanyane na Moamba respondendo a uma pergunta de Manghezi em como os camponeses pobres conseguiam gado e charruas, um camponês disse:

Para garantir que o gado seja bem tratado e para reduzir assim a sua margem de risco, um criador de gado rico divide a manada em duas ou três partes,...Guarda uma parte no curral familiar.... A segunda parte da manada é entregue a outra disposta a assumir responsabilidade total sobre os animais....Em troca de tomar conta do gado, esta família adoptiva tem direito ao leite e pode utilizar os bois na lavra⁸⁴.

A pessoa que levava o gado a pastagem, recebia anualmente 1 vitelo ou de dois em dois anos. Como mostra um caso vivido na região de Machatuine na Moamba:

Vai apresentar-se na Delegação da Sanidade Pecuária desta localidade, o indígena Magovo Mazele ou Zefanias, residente nas terras do chefe de grupo Uamanhanga, regedoria Vundiça desta Circunscrição, a fim e solicitar a autorização para transferir 8 cabeças de gado bovino que recebe em paga da guarda de gado, do indígena Mambene Mujovo, curral nº 51, do Induna Babatine, regedoria Mangalane, do Posto Machatuine, também desta Circunscrição, para um curral novo a formar nas terras do Uamanhanga acima referido⁸⁵.

Outra forma dos camponeses pobres terem o acesso aos novos instrumentos de produção era o facto de que “no início da estação agrícola, um camponês pobre alugava

⁸³ FM. Cx 249. A. C. Sábiè-Moamba. *Guia*. 28/07/1950

⁸⁴ Manghezi, 1983: 29.

⁸⁵ FM. Cx 249: A.C. Sábiè-Moamba. *Guia D/21/5*. 27/10/1950

os seus serviços a um camponês rico ou médio que possuía bois e arado, para formar uma equipa de produção, em troca podia lavrar a sua terra”⁸⁶.

A introdução da charrua obrigou o homem a contribuir mais intensamente no trabalho agrário. A charrua necessitava de uma força física para o seu uso e os bois necessitavam de uma instrução para lavrarem. Com isso tudo, os camponeses ofereciam-se para trabalhar na industria mineira apenas por algum tempo, e mais tarde fixavam-se na actividade agrícola.⁸⁷

A introdução da charrua tornou-se muito intensa nas margens dos rios. Devido à ausência constante dos homens para o trabalho migratório, as mulheres passaram a manusear o novo instrumento de produção.

Muitos dos que recebiam gado bovino, como recompensa à pastagem do gado ou mesmo as trocas matrimoniais, pediam a administração colonial o fornecimento de charruas e sementes, como mostra um pedido feito por 224 agricultores indígenas da Moamba em Fevereiro de 1950, pedindo sementes, 25 charruas e 1 caixa de enxadas⁸⁸.

3.1.3- A introdução da charrua e a formação de classes sociais no meio rural

Como resultado da utilização do novo instrumento de produção, começam a surgir no distrito da Moamba, diferenciações dentro dos camponeses. Principalmente a partir das décadas 40 e 50 do século XX. Surgem os camponeses Ricos, Médios e Pobres.

Para os camponeses muito pobres, a emigração para as minas de ouro tornou-se uma instituição permanente. Principalmente em situações de emergência, causado por

⁸⁶ Manghezi, 1983: 29

⁸⁷ Rita-Ferreira, 1963: 28

⁸⁸ FM. Cx 249: A.C. Sbiè-Moamba. 06/02/1950

calamidades naturais como secas e cheias, devido aos seus rendimentos muito baixo. Isso mostra que, sem o trabalho migratório, essas famílias de camponeses pobres não conseguiam resistir devido ao seu fraco rendimento agrícola.

Para Hermele, embora alguns observadores argumentem que os migrantes no seu regresso, usariam parte dos seus rendimentos para adquirirem equipamentos e insumos para melhorar a produtividade das suas terras, estes davam por empréstimo o seu dinheiro aos seus amigos camponeses menos afortunados, principalmente não-migrantes. Devido a esta tendência de ajuda mútua, a diferenciação dos extractos não se fez sentir tanto na década 50 no Sul de Moçambique⁸⁹. Argumenta também, que a base da economia familiar enfraqueceu bastante devido a ausência constante da mão de obra masculina e outro ponto importante é que os salários dos migrantes se mantiveram baixos até a década 70, limitando deste modo a aquisição de equipamentos importantes tais como tractores. O custo dos insumos agrícolas e de produtos era tão elevado e não encorajava os camponeses a fazerem acumulação⁹⁰.

Na comercialização, o preço dos produtos pagos ao colono era o dobro ou muito mais dos que era pago ao camponês; as culturas de rendimento, como o algodão e o caju produzidos pelo campesinato era comercializado exclusivamente pelas firmas dos colonos ou pela administração colonial; aos camponeses, na região da Moamba foram usurpados as melhores terras produtivas, das margens do Rio Incomati e Rio Sábiè, através de esquemas de Colonatos ou ocupação individual dos colonos.

Para Roesch, a formação de extractos de camponeses desenvolvidos (ricos) não foi simplesmente consequência da introdução da charrua e da capitalização da produção agrícola do campesinato, mas também devido ao desrespeito da ética tradicional da

⁸⁹ Hermele, 1988: 15-16

⁹⁰ Hermele. 1988: 15-16

redistribuição que anteriormente orientava a reprodução social⁹¹. O chefe da família é que fazia a redistribuição da produção dentro de um núcleo familiar. A nova forma de vida permitiu que os homens dentro de uma família tivessem uma autonomia económica.

Não só as famílias relativamente ricas é que possuíam charruas, mas também, durante a década 50, muitos moçambicanos menos influentes mecanizaram a sua produção agrícola. Isso fez com que em 1959, o Director dos Serviços Indígenas advertisse ao Governador Geral do perigo inerente ao entusiasmo dos moçambicanos para mecanizar a agricultura. Sustentava que era importante impor limites na mecanização, porque o seu uso descontrolado criaria inevitavelmente sérios problemas de terra dentro de pouco tempo, erosão, empobrecimento do solo, falta de fertilizantes, expansão excessiva e concentração de terras nas mãos de alguns africanos prósperos e subsequente falta de terra para os menos capazes. Para ele, caso fosse permitida a intensificação da mecanização, esta conduziria a grandes inconveniências para a população africana e à economia local, principalmente se os problemas internacionais impedissem a aquisição de peças sobressalentes para os tractores e para a distribuição de combustível⁹²

Esta era uma política para impedir o desenvolvimento de uma classe de camponeses moçambicanos ricos que pudessem estar em condições económicas idênticas ou mesmo superior ao dos colonos; outro objectivo era de proteger os proprietários colonos portugueses, impedindo a competição entre esses e os camponeses moçambicanos ricos. Com isso, o governo colonial fez tudo para bloquear o avanço da agricultura do campesinato e estimular o avanço da agricultura dos colonos.

A diferenciação fez-se sentir principalmente a partir da década 70, como resultado da subida do preço da onça do ouro que quadruplicou até 1974, para cerca de US\$159, o

⁹¹ Roesch, 1986:17

⁹² AHN. FNI. Cx. 1239. Director dos Serviços Indígenas para o Governador Geral: 27. 02. 1959. Citado por Covane, 2001.

que de certa forma fez com que os salários dos migrantes subissem bastante e o trabalho nas minas tornasse mais atractivo, associada a decisão de permanência somente de trabalhadores especializados e experientes.⁹³ Esta subida do preço da onça do ouro, foi devido ao preço do ouro a partir de 1972, passar a depender do mercado internacional em detrimento do anterior, de preços fixados pelas autoridades bancárias (preços fixos), o que fazia com que as autoridades mineiras pagassem salários baixos para reduzirem os custos de produção. Com a subida do preço da onça do ouro, as autoridades mineiras passaram a pagar salários elevados e o trabalho nas minas tornou-se bastante atractivo. O salário nas minas, para os trabalhadores africanos subiu onze vezes desde princípios da década 70 até 1980⁹⁴.

Os que permaneceram nas minas constituíram a parte de indivíduos que o seu nível de investimento na agricultura foi bastante acentuado. Com isto surge um grupo de camponeses ricos ou pequenos capitalistas, que organizam a sua produção agro-pecuária para o mercado e cuja força de trabalho é principalmente assalariada e não familiar. Possuem alguns hectares para a produção nos vales dos rios Incomati e Sábiè, usando meios de produção como tractores, por vezes usando charruas de tracção animal na lavoura e na gradagem dos solos, associado à criação de gado bovino. Estes muitas das vezes eram trabalhadores migrantes que auferiam os melhores salários e conseguiram acumular alguns meios, como mostra um caso recolhido por uma Brigada do CEA, no Vale do Sábiè, distrito da Moamba em 1987:

Daniel Ubisse é um operário camponês que comprou gado bovino com o seu salário das minas. Da venda de algum gado e com o salário dos seus quatro filhos actualmente trabalhando nas minas a família conseguiu comprar um tractor e uma motobomba e começou a cultivar uma parcela fértil no vale do Rio Sábiè em Moamba. E que alem da força de trabalho familiar emprega trabalhadores eventuais na altura de ponta.⁹⁵

⁹³ Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 131

⁹⁴ Gaspar, 2006: 43

⁹⁵ CEA, 1987: 27

Existiam também camponeses pobres, composto geralmente por mulheres e jovens que vivem e trabalham no campo e que não conseguem viver sem o trabalho assalariado. Cultivam no sequeiro, não possuem charruas nem juntas de bois e produzem somente para o consumo familiar, pois não lhes resta excedentes para a comercialização. Há vezes em que um dos membros da família é trabalhador migrante mas auferindo salário baixo. Estes camponeses são vulneráveis às calamidades naturais como seca e cheias. Muitos destes jovens são aqueles que lhes foi vedada a possibilidade de iniciar a sua vida como mineiro depois da decisão sul africana de 1976. Outra categoria de camponeses que surgiu é o de camponeses médios, estes conseguem viver exclusivamente do seu trabalho no campo, embora de vezes em quando seja necessário um período de trabalho migratório para conseguir o fundo necessário para se estabelecerem na produção familiar e para comercializar, uma parte para a aquisição de bens básicos de consumo. Tem algumas terras, tanto em vales dos rios e sequeiros. A produção era feita pelos membros das famílias e por vezes recorriam ao trabalhador assalariado em alguns períodos, possuíam juntas de bois e charruas⁹⁶.

A diferenciação do campesinato no período após a proclamação da independência também foi motivada pelo acesso as terras férteis, no vale dos principais rios que outrora (período colonial) era pertença dos colonos, principalmente a partir da década 90, o que fez com que muitos migrantes que possuíam uma boa acumulação de riqueza e meios de produção, expandissem as suas machambas nas zonas de rega e recrutassem trabalhadores sazonais das famílias vizinhas pobres. Um dos exemplos, é o caso do senhor Sigaúque, agricultor e criador de gado, pai de Jaime Sigaúque, que na década 90,

⁹⁶ CEA, 1987: 26

possui grandes proporções de terra nas margens do Rio Incomati, tinha mais de 200 cabeças de gado bovino e recrutava pessoas para trabalharem nas suas machambas⁹⁷. Esta mão-de-obra sazonal, também foi motivada pelo facto de: primeiro, praticarem a sua actividade agrícola nas regiões de sequeiro e serem vulneráveis às calamidades naturais como secas e também devido a forte pressão dos bandidos armados que se fazia sentir na região da Moamba.

Um ponto importante é que os camponeses ricos ou semi-capitalistas, por vezes mantinham um familiar nas terras do Rand como forma de garantir a aquisição de sobressalentes e por vezes sementes para a produção.

3.1.3- A questão da mão-de-obra

Houve uma perda considerável da mão-de-obra masculina na economia de subsistência local e o abandono dos processos tradicionais de produção e reprodução⁹⁸.

Estes dois processos mudaram por completo as formas tradicionais e sociais do modo de vida dos camponeses, principalmente em períodos de crises ecológicas, fizeram com que os camponeses se tornassem muito dependentes do trabalho assalariado (migratório).

O trabalho migratório por um lado, e o trabalho forçado por outro, consumiram a mão-de-obra camponesa, contribuindo assim para a fraca participação dos homens na agricultura camponesa. E, devido a duração dos contractos, cerca de 18 meses de trabalho na Africa do Sul, fora das suas casas, fez com que muitas práticas tradicionais de subsistências praticadas pelos homens dentro do ciclo agrícola anual (a caça, pesca,

⁹⁷ Entrevista com Jaime Sigauque, Moamba 23/10/2007

⁹⁸ Roesch, 1986: 46

produção de instrumentos e outras que outrora eram praticadas por homens)⁹⁹, ficassem quase impraticáveis. O trabalho masculino que era impulsionador, em épocas de crises na economia rural de subsistência foi bastante afectado.

A ausência de um ou mais homens dentro de uma família aumentou o papel da mulher na família. Por exemplo, se um homem sustentava os seus pais, uma vez este encontrando-se ausente, a mulher tinha que velar por eles, por vezes vivendo com eles na mesma casa¹⁰⁰.

Devido a falta de homens, nas farmas dos colonos em períodos de produção, as mulheres e crianças eram recrutadas para produzirem, servirem como guardas para protegerem as culturas de animais predadores que pudessem destruir as culturas, o que de certa forma veio a enfraquecer a produção familiar.

É neste contexto que o trabalho migratório passa a assumir uma grande importância no sustento das famílias camponesas no sul de Moçambique e na Moamba em particular. Aumentou o trabalho salarial e a integração comercial, fazendo com que a economia baseada numa agricultura de subsistência fosse substituída por uma economia camponesa dependente do salário do emigrante.

3.1.4- Mudanças nas relações de produção.

A introdução em larga escala do dinheiro, libra esterlina, na economia rural do Sul de Moçambique por trabalhadores migrantes vindos da África do Sul, principalmente a partir de 1870, coadjuvado pelo fluxo de comerciantes rurais (cantineiros) portugueses e

⁹⁹ Roesch, 1986: 47

¹⁰⁰ opocit

asiáticos incentivou o processo de comercialização da produção camponesa e uma mudança na reprodução e aumentou a economia de mercado¹⁰¹.

O lobolo é uma das primeiras manifestações da monetarização da economia camponesa. Este passou a ser pago em dinheiro em vez da tradicional forma de pagamento que era feita por enxadas ou gado. Primeiro era pago em enxadas e mais tarde por gado (período pré-colonial e período pré-trabalho migratório). Com o início do trabalho migratório e com as mortes constantes do gado no sul de Moçambique, o lobolo passou a ser pago em libra esterlina ganho na África do Sul mesmo antes da imposição do sistema colonial português e mais tarde, com a imposição do sistema colonial português, em alguns casos passou a ser pago em Escudo Português.

A monetarização da economia tornou a economia rural muito dependente do trabalho migratório. Os jovens passaram a depender dos seus familiares que trabalhavam nas minas para adquirirem algum dinheiro para o lobolo e por vezes para se estabelecerem na agricultura. Ir trabalhar na África do Sul passou a ser uma condição *sine qua non* para todos os jovens que tinham intenções de casar.

O salário ganho com o trabalho motivou muitos jovens a comprarem instrumentos agrícolas, sementes e para se estabelecerem na agricultura independentemente dos seus superiores familiares. Os jovens passaram a ter uma autonomia financeira.

O incremento do trabalho assalariado na economia rural camponesa facilitou a compra de produtos que anteriormente eram obrigados a produzir; permitiu a acumulação de produtos para fazer face a períodos de crises agrícolas causadas por cheias ou secas, fazendo com que o estatuto de ancião como velador da família em períodos de crises

¹⁰¹ Roesch, 1986: 50

fosse substituído devido ao incremento de cantinas, que passaram a vender os produtos à crédito¹⁰².

Com esta dependência às cantinas, os camponeses tornaram-se pouco dependentes das relações sociais tradicionais que anteriormente suportavam a sua subsistência e elevou o sistema de autonomia económica e uma certa independência nas família camponesa, que quase era impossível no sistema de produção agrícola tradicional. O sistema de produção agrícola tradicional requeria uma inter dependência entre a família camponesa. O trabalho remunerável ofereceu aos camponeses a possibilidade de criar uma base autónoma para a sua subsistência¹⁰³.

Os cantineiros passaram a ser o vínculo de dependência da população rural inserida no trabalho migratório, o que levou a criação de uma dupla dependência entre o rendimento monetário vindo do trabalho migratório e as redes comerciais rurais¹⁰⁴. Os cantineiros providenciavam à população rural com espécies, produtos de consumo, roupas, enxadas, machados, bebidas alcoólicas, etc. De salientar que estes produtos já eram comercializados no período pré-colonial, mas no período migratório, estes passaram a ser comercializados em maiores quantidades. No período pré-colonial estes produtos eram comercializados para a aristocracia, mas com o trabalho migratório generalizou-se o consumo.

As primeiras mudanças verificadas foi na comercialização dos instrumentos como: enxadas, machados, facas, etc, que rapidamente substituíram os localmente fabricados, posteriormente o álcool, que também teve um papel importante no incremento da dependência comercial rural.

¹⁰² Roesch, 1986: 50

¹⁰³ opocit

¹⁰⁴ Idem

Com o trabalho migratório houve facilidades de acumulação de capital (riqueza), que seria impossível com a rigurosidade das sociedades pré-coloniais (divisão dos rendimentos de produção no núcleo familiar feito pelos anciãos). Esta acumulação não foi só possível nos adultos, mas também nos jovens que tiveram contacto com a nova economia rural.

3.1.5- Fortalecimento do papel da mulher

Na ausência do marido, quer em jornadas de trabalho no Transvaal quer para qualquer ponto do país, as mulheres é que eram encarregadas da produção. Isso também se fez sentir em locais próprios para as culturas de algodão e arroz. Esta tese é fundamentada pelo relatório da Administração da Circunscrição dos Machopes que diz:

... cerca de 70% da produção agrícola de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane, incluindo nesta percentagem a produção algodoeira e ourizícola, é fruto do trabalho das mulheres. Os homens só se fixam à terra depois dos 40 anos. Enquanto jovens ou emigram ou contratam os seus braços fora da terra¹⁰⁵.

Na Moamba, esta situação prevaleceu até ao período após a proclamação da independência em que, paulatinamente, os elementos mais dinâmicos da população, os homens da idade e os jovens começaram a emigrar, indo buscar trabalho na África do Sul, deixando os velhos e mulheres nas machambas.

3.1.6- Surgimento de agricultores e criadores negros proeminentes na Moamba

Na Moamba, já na década 50 do século XX existiam alguns agricultores e criadores negros abastados. O caso concreto é do Ximezane, que possuía cerca de 300 cabeças de gado, o que neste período era bastante excepcional e possuía uma grande propriedade. A

¹⁰⁵ AHM. FNI: Cx. 1237. Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas: de Administração da Circunscrição dos Machopes para Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas. 27. 12. 1956

área em que se encontrava a sua propriedade ate hoje chama-se Ximezane. Este agricultor e criador de gado foi bastante perseguido pelos colonos. E foi o primeiro agricultor negro a comprar um tractor na região¹⁰⁶.

Outro agricultor e criador negro proeminente era o Xicotela. Este estava na zona de Matucanhane, área da Moamba, tinha cerca de 200 cabeças de gado e tinha um grande poder na sua área¹⁰⁷.

Os agricultores negros e economicamente estáveis tinham fortes relações com os régulos da região. O poder dos primeiros era uma consequência directa da sua posição económica por vezes ajudavam economicamente com empréstimos ou outros meios aos agricultores menos afortunados.

Outros agricultores e proprietários de gado negros influentes eram: Massoquise Nkosi, que era cunhado de Ximezane e era também um grande criador de gado; Labote, era uma pessoa bastante influente entre a população da Moamba, era curandeiro e criador abastado¹⁰⁸.

3.2-O Período após a Proclamação da Independência (até 1992).

Este é um período bastante agitado na vida dos emigrantes. A 25 de Junho de 1975, Moçambique torna-se independente. É neste período que o Governo Moçambicano adopta a Política Socialista e que culmina com a socialização da agricultura.

Para Abrahamsson e Nilsson, a visão de desenvolvimento que surgiu durante a guerra colonial, baseava-se em transformar a estrutura económica através de uma industrialização rápida baseada nos excedentes agrícolas. Para tal, a agricultura tinha que ser urgentemente modernizada e a produção devia aumentar substancialmente. As

¹⁰⁶ Honwana, 1985: 93-94

¹⁰⁷ Honwana, 1985: 94

¹⁰⁸ Honwana, 1985: 94-95

machambas estatais tinham que ser o ponto decisivo da estratégia agrícola, produzir bens de exportação e cobrir uma grande parte das necessidades totais dos bens alimentares do país. As machambas estatais tinham que ser formadas a partir das antigas plantações e da junção das parcelas agrícolas mais pequenas dos colonos portugueses.¹⁰⁹

A rápida mecanização era motivada em primeiro lugar pela vontade de aumentar a produtividade e pela vontade de substituir o chibalo e o trabalho manual duro por uma agricultura mais moderna.

A grande maioria da população era camponesa e para poderem melhorar as suas condições de vida e o seu nível material era necessário reorganizar o campo. Estimulando as famílias camponesas que viviam muito isoladas no campo a mudarem-se para as aldeias comunais, onde seria fácil ter educação, saúde e água. E a melhor forma de atingir isso seria as cooperativas agrícolas de produção¹¹⁰. Em algumas regiões, esta ideia não foi muito bem aceite, como ilustra um caso que se viveu na cooperativa piloto de Chinamacungo, localidade de Machipanda na província de Manica:

A cooperativa de Chinamacungo, nasceu em 1975, antes de termos as nossas directivas económicas... Iniciamos no dia 8 de Agosto de 1975, com uma machamba colectiva. Éramos um número muito elevado, 168 membros. Não tínhamos instrumentos. Cada um de nós trazia a sua enxada de casa, cada um de nós trazia a sua catana, cada um de nós trazia o seu machado. Fizemos a destronca de uma mata abandonada por um colono que já abandonou Moçambique... começamos a produzir, mas a produção não era suficiente. Por isso, alguns de nós começaram a ficar desmobilizados, começando a abandonar as machambas colectivas... Assim, dos 168 membros em 1975, ficaram somente 58 em 1978...¹¹¹

No distrito da Moamba, os camponeses para garantirem a produção de alimentos de que necessitavam para sobreviver, faziam machambas particulares. Era uma forma de ter segurança de obter uma produção garantida. Nestas machambas particulares, os

¹⁰⁹ Abrahamsson e Nilsson, 1998: 38-39

¹¹⁰ Idem

¹¹¹ Intervenção do senhor Zeca Carlos Lampião, camponês da cooperativa piloto de Chinamacungo, localidade de Machipanda, Província de Manica, no IVº Congresso da FRELIMO. In FRELIMO, 1985: 216-217

camponeses poderiam ver concretamente os seus rendimentos pois saberiam a quantidade de sacos de milho que produziriam. Na cooperativa, onde existiam muitas pessoas, era difícil estimar quanto é que poderiam obter. Além disso, a dependência do funcionamento das cooperativas em serviços de lavouras que facilmente atrasavam em chegar, por vezes da motobomba que não tinha garantias de concerto se viesse a avariar, bem como a dependência de cooperação de outras pessoas para terem sucessos na campanha agrícola, diminuíram a confiança dos camponeses nas cooperativas¹¹².

Os camponeses acabavam por preferir a segurança da produção na sua machamba familiar.

Em 1976, os técnicos da Direcção Distrital da Agricultura da Moamba, iniciaram os trabalhos de dinamização dos camponeses do regadio de Daimane, que até então os camponeses cultivavam individualmente de 1 a 3has, com a finalidade de se criar uma cooperativa agrícola, em vez de cada camponês ter a sua parcela individual, houve uma aparente rejeição, pois os camponeses diziam que não entendiam porque é que tinham que trabalhar um ao lado do outro, que já não eram mais crianças para terem que trabalhar em linha um ao lado do outro, que cada um sabia como é que devia cuidar da própria machamba. Alguns acabaram por aceitar esta nova forma de produção. Mas aos poucos, os elementos mais dinâmicos da população, os homens da idade média e os jovens, começaram a retirar-se indo buscar trabalho na Africa do Sul ou em outras partes, deixando apenas os velhos e as mulheres nas cooperativas¹¹³. Segundo Boff, até 1980 a cooperativa estava completamente paralisada.¹¹⁴

¹¹² Boff, 1985:5

¹¹³ Boff, 1985: Anexos: 1-2

¹¹⁴ Idem

A Socialização do meio rural coincidiu com a Decisão sul-africana de não recrutar noviços nem mesmo migrantes cujos certificados de reemprego tinham expirado, isto em 1976.

3.2.1- A decisão de não recrutamento de noviços e de emigrantes cujos certificados de reemprego tinham expirado e o seu impacto na vida dos camponeses.

Em Novembro de 1975, foram recrutados a partir da Moamba pela WENELA cerca de 2642 trabalhadores no total de 36319 trabalhadores recrutados de Maputo. O maior posto de recrutamento foi o do Alto-Maé com 10527, seguido pelos os de Guijá com 6508, Macia com 6154, Manhiça com 4726 e Magude com 3576. Mas nos meses de Janeiro e Novembro de 1976, foram recrutados do distrito da Moamba 8949 trabalhadores no total de 18094 recrutados de Maputo, sendo o segundo posto com mais recrutados o do Alto-Maé com 4691 trabalhadores¹¹⁵. Estes dados mostram que em 1976, Moamba era um dos principais postos de recrutamento de trabalhadores migrantes.

Em 1976 o Governo sul-africano tomou a decisão de não recrutar trabalhadores migrantes noviços nem experientes cujos certificados de reemprego tinham caducado.

O trabalho migratório em épocas de crises ecológicas (secas e cheias) constituía um suporte na vida dos camponeses. Isto porque os migrantes enviavam produtos ou mesmo dinheiro para as suas famílias comprarem alimentação. Uma vez vedada a entrada de noviços e de outros emigrantes, a situação tornou-se bastante difícil, como mostra o extracto:

Entre 1974 e 1977, no distrito da Moamba, província do Maputo, choveu bem e com regularidade, o que permitiu que houvesse excedentes de milho e outras culturas, que os produtores venderam de boa vontade. No entanto, na época agrícola de 1977/78, as condições climáticas alteraram-se subitamente, a seca instalou-se, verificou-se escassez de alimentos.¹¹⁶

¹¹⁵ First, 1983: 22

¹¹⁶ Manghezi, 1983: 31-32

Uma vez reduzida a entrada de emigrantes desde 1976, os camponeses adoptaram novas estratégias de sobrevivência que eram: mendigar, trabalhar em troca de comida, trocas e pagamentos em dinheiro, Ku Thekela¹¹⁷ para alguns agricultores cuja fome não se fazia sentir por possuírem reservas alimentares.¹¹⁸

A decisão sul-africana de não recrutamento de noviços e mesmo de trabalhadores experientes cujo certificados de reemprego tinham expirado coincidiu com a política adoptada pelo governo da Frelimo logo após a proclamação da Independência, a socialização da agricultura¹¹⁹.

Esta decisão foi fortemente contestada pelos camponeses, diziam eles que, “preferiam continuar com o sistema antigo, e que não entendiam porquê é que tinham que passar a trabalhar um ao lado do outro, que já não eram mais crianças para terem que trabalhar em linha,... cada um sabia como cuidar da própria machamba”.¹²⁰

Alguns camponeses acabaram por aceitar a nova forma de produção, mas aos poucos, os elementos mais dinâmicos da população, os homens de idade média e os jovens, começaram a retirar-se indo buscar trabalho na África do Sul e em outras partes, deixando apenas os velhos e as mulheres na cooperativa.¹²¹

3.2.2- A decisão sul africana de expulsar trabalhadores migrantes moçambicanos

A 8 de Outubro de 1986, foi proferida uma declaração publica em nome de quatro Ministros do regime de Apartheid, Negócios Estrangeiros, Trabalho, Interior e Minas e Energia, que dizia que o recrutamento de trabalhadores migrantes a partir de

¹¹⁷ Ku Thekela, significa trabalhar em troca de alguma coisa para poder sobreviver

¹¹⁸ idem: pp 31-35

¹¹⁹ Mais detalhes ver, (3.2- o período após a proclamação da independência)

¹²⁰ Boff, 1985, Anexo 2

¹²¹ opocit

Moçambique seria proibido e os moçambicanos que se encontravam a trabalhar na África do Sul seriam despedidos e expulsos logo que terminasse os seus contratos.¹²²

Esta decisão não foi previamente comunicada às autoridades moçambicanas e nem mesmo às entidades patronais mineiras e aos farmeiros sul-africanos, pelo regime do Apartheid sul-africano, o que fez com que mais tarde fosse ajustada à alguns interesses capitalistas. Isto porque, para as entidades mineiras e os farmeiros sul-africanos esta decisão era pesada e teria um impacto negativo para a produção porque empregavam milhares de moçambicanos, muitos deles especializados e experientes.

Devido a estes motivos, os capitalistas dialogaram com o governo para a manutenção deste grupo de emigrantes, os especializados e os mais experientes por um período longo.

Os trabalhadores abrangidos pela ordem eram jovens que pretendiam iniciar uma nova vida; trabalhadores moçambicanos com pouca experiência, isso é, com menos de 7 anos de trabalho nas minas. Estes tinham que ser repatriados logo que terminassem os seus contratos¹²³.

3.2.2.1- Motivos da tomada de decisão de expulsão

Quando o regime sul africano tomou a decisão de expulsão de trabalhadores moçambicanos em 8 de Outubro de 1986, afirmou que esta decisão era em retaliação contra a explosão de uma mina em KaNGwane em 6 de Outubro que teria sido alegadamente colocado por elementos do ANC baseados em Maputo e com apoio das forças de segurança moçambicanas¹²⁴. Mas na minha opinião este acidente foi um mero pretexto. Estava enquadrado na política de Pretoria de desestabilizar económica e

¹²² CEA. Memorando, 1987: 1

¹²³ CEA. Memorando, 1987: 1 e 4

¹²⁴ pag: 17

politicamente aos países independentes da África Austral, incluindo Moçambique. A África do Sul neste período apoiava secretamente o Movimento de Resistência Moçambicana (RENAMO), depois do Acordo de Nkomati em 1984.

3.2.3- O impacto da nova tendência de recrutamento e da expulsão de emigrantes moçambicanos

Os efeitos de corte de fornecimento de mão-de-obra não se fez sentir de uma forma igual nos países fornecedores de mão-de-obra. O número de moçambicanos recrutados no espaço de dois anos de um máximo de 118 000 em 1975 baixou para cerca de 40 000 em 1977¹²⁵. Para Crush, o número de moçambicanos recrutados em 1975 era de 113 484 e este número decresceu para cerca de 43 855 emigrantes¹²⁶.

Os números são bastante contraditórios nos dois autores mas a ideia que fica é que o número dos moçambicanos contratados decresceu bastante, em mais de 60%.

Em comparação com os outros estados fornecedores de mão-de-obra, Moçambique foi o único estado que sofreu um banimento específico em Outubro de 1986, que impedia o recrutamento de novos moçambicanos e renovação de contratos em certas categorias de mineiros já contratados.¹²⁷ Mas se formos a fazer uma análise do que foram as tendências de recrutamento nos anos a seguir a tomada de decisão de 1986, veremos que os números mantiveram estáveis e muitas vezes subiram. Ver tabela abaixo.

¹²⁵ Davies, 1990: 149

¹²⁶ Crush, Jeeves e Yudelman, 1991: 233

¹²⁷ Davies, 1990: 149

Tabelam 3. Números de trabalhadores recrutados a partir de Moçambique para a África do Sul entre 1981 a 1992

ANO	NÚMERO DE TRABALHADORES
1981	40 094
1982	42 544
1983	42 473
1984	44 195
1985	50 126
1986	56 237
1987	45 917
1988	44 084
1989	42 807
1990	48 478
1991	49 715
1992	52 816

Fonte:Crush, Jeeves and Yudelman, 1991: 233 e Ministério do Trabalho, 25/10/2004

Os dados mostram que embora tenha sido tomada a decisão de expulsão de trabalhadores migrantes moçambicanos na África do Sul, o recrutamento de mão-de-obra moçambicana para as minas continuo, embora não fossem nos padrões do período antes da independência.

A população rural da Moamba devido ao trabalho migratório, tornou-se tão dependente dos salários auferidos na Africa do Sul, onde a população masculina passava maior parte dos seus anos produtivos, enquanto que nos locais de origem (comunidades) a

família mantinha uma parcela de terra para o cultivo.¹²⁸ O que fazia com que a economia camponesa dependesse de insumos agrícolas e salários da África do Sul.

Para muitas famílias da Moamba, até a data da independência o trabalho migratório constituía a forma ideal para o início do seu estabelecimento na agricultura e para os jovens que quisessem casar e fazer a vida independentemente dos pais. Isso porque muitos migrantes depois do término dos seus contratos estabeleciam-se na agricultura, mas se houvessem falhas na produção familiar, despesas anormais ou necessidades de comprar meios de produção dispendiosos (charruas, tractores, bois, etc) regressavam ao trabalho assalariado na África do Sul.¹²⁹

A nova tendência de recrutamento trouxe consequências nefastas para Moçambique. Houve dificuldades do processo de planificação de mão-de-obra em Moçambique, porque o número e perfil dos trabalhadores exigidos não seguia um padrão fixado; houve afluência de indivíduos nos postos de recrutamento a espera de um possível contrato para as minas, como sustenta Head, nos meados de 1980, na WENELA em Moçambique, TEBA no Lesotho e em outros postos houve centenas e por vezes milhares de pessoas acampadas meses nas portas destas instituições a espera de possíveis contratos para as minas¹³⁰.

Para as autoridades mineiras, o trabalhador mineiro moçambicano não era indispensável, poderia ser substituído devido ao alto nível de desemprego na África do Sul que facilitaria a substituição dos emigrantes moçambicanos, o que também de parte foi facilitado pelo seu elevado nível educacional que facilitou a formação dos sul-africanos para substituir os moçambicanos¹³¹. Mas segundo Gaspar, os mineiros

¹²⁸ CEA. *Memorando*. 1987: 19

¹²⁹ *Ibidem*, 20

¹³⁰ Head, 1994: 6

¹³¹ pag: 16

moçambicanos eram vistos como melhores em termos de responsabilidade, esforço e disciplina. É devido a estes motivos que as entidades empregadoras das minas fizeram grandes esforços para manter a mão-de-obra moçambicana.¹³²

Outro aspecto importante a considerar é que o nível de salários nas minas filiadas à Câmara de Minas aumentou bastante nos anos a seguir a independência, para um grupo reduzido de trabalhadores migrantes moçambicanos especializados e experientes. Em 1972 a média salarial por turno era de 81c, em 1975 era de 3 rand por turno.¹³³ Devido a estes motivos começaram a surgir grupos de migrantes com um nível de vida elevado, com fundos de poupança e com boas condições de acumulação que facilitou o seu investimento na agricultura.

A nova tendência de recrutamento de trabalhadores migrantes moçambicanos se fez sentir principalmente na organização da economia rural do Sul do país, a que Moamba se encontra inserida, devido a sua forte dependência no salário dos migrantes e fez-se sentir também na própria economia Nacional¹³⁴. Ora vejamos os números de trabalhadores abrangidos pela expulsão segundo relatório do CEA de 1987:

Nas minas filiadas a Câmara de Minas cerca de 20000 trabalhadores seriam afectados pela decisão de 1986 e cerca de 35000 trabalhadores continuariam nas minas mesmo depois da decisão e com contratos concluídos¹³⁵.

Se as autoridades mineiras não contratassem trabalhadores novos, segundo o relatório do CEA de 1987, significaria uma tentativa de eliminação da mão-de-obra moçambicana nas minas num período em que os que não foram abrangidos pelo

¹³² Gaspar, 2006: 45

¹³³ CEA. *Memorando*. 1987: 22

¹³⁴ Opocit: 2

¹³⁵ CEA, 1987: 5

repatriamento se tornassem incapazes de continuar a trabalhar¹³⁶. Ora vejamos: em Junho de 1986, o tempo de serviço dos moçambicanos empregues na Anglo American Corporation, dos que tinham trabalhado entre 5 a 10 anos era de 45,1% enquanto que com menos de 1 ano era de 9,2%.¹³⁷

A maioria tinha trabalhado entre 5 a 10 anos e nenhum mineiro moçambicano tinha trabalhado por 15 anos¹³⁸. Segundo o relatório do CEA de 1987, como para as famílias moçambicanas, os proventos recebidos das minas dependiam do indivíduo que já lá está a trabalhar, uma vez não tendo a possibilidade de enviar uma outra pessoa, as receitas passariam a escassear, pois, até 1993, muitos dos emigrantes que se encontravam a trabalhar desde 1986, período em que foi decidida a expulsão regressariam definitivamente ao país¹³⁹. Esta foi uma previsão. Na prática o número de trabalhadores nas minas tendeu a aumentar nos anos após a tomada da decisão de expulsão conforme mostram os dados do Sub-Capítulo 3.2.3.

Em 1986 haviam cerca de 10000 trabalhadores moçambicanos em minas não filiadas a Câmara de Minas, principalmente em minas de carvão. Devido a decisão de expulsão, logo que terminassem os seus contratos em 1987 tinham que regressar a Moçambique¹⁴⁰.

Haviam também, trabalhadores moçambicanos empregues na agricultura sul africana, a maioria era clandestina e ilegal, recebendo salários muito baixos. Este sector de produção possuía cerca de 30000 trabalhadores. Metade deste número tinha que ser repatriado até Outubro ou Novembro de 1987, logo que terminassem os contratos¹⁴¹.

¹³⁶ CEA, 1987: 5

¹³⁷ CEA, 1987: 6

¹³⁸ CEA, 1987:6

¹³⁹ CEA,1987: 6 e 7

¹⁴⁰CEA, 1987: 7

¹⁴¹ Idem

Os farmeiros sul africanos não queriam dispensar o trabalho dos moçambicanos porque este era barato e facilitava-lhes a acumulação, isso fez com que muitos destes trabalhadores, mesmo depois da decisão de Outubro 1986 continuassem a trabalhar nestas plantações.

Até 1985, cerca de 3515 moçambicanos estavam registados como trabalhadores noutros sectores (indústria manufactureira, construção e serviços domésticos). A decisão de expulsão não abrangia logo a princípio estes trabalhadores.¹⁴²

Os ilegais eram tantos, em Julho de 1986, o Vice-Almirante Ron Edwards do Departamento Sul Africano dos Negócios Estrangeiros, afirmou que existiam na África do Sul cerca de 160000 moçambicanos ilegais. Com isso tudo, o governo sul africano ameaçou aplicar multas aos empregadores que empregassem trabalhadores ilegais¹⁴³.

Duma forma geral pretendia-se repatriar durante 1987 a Março e Abril de 1988 ou mais tarde: 20000 trabalhadores empregues em minas afiliadas a Câmara de Minas; 10000 em minas não afiliadas; aproximadamente cerca 13000 trabalhadores agrícolas; 3500 legais noutros sectores e 18000 trabalhadores ilegais¹⁴⁴. No total seriam cerca de 64500 trabalhadores expulsos ate meados de 1988.

3.2.4- A Decisão de expulsão de 1986 e o seu impacto no desenvolvimento da agricultura na Moamba

Muitos dos emigrantes faziam investimentos no campo através da construção de casas de alvenaria, compra de gados, instrumentos de produção e na agricultura. Mas aqui vou centrar no investimento na agricultura.

¹⁴² CEA, 1987: 8

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ CEA, 1987: 8

Moamba, Magude e Namaacha, são zonas propícias para a criação de gado, por possuir pastos ricos. Os migrantes investem os seus rendimentos na compra de gado bovino. Existem camponeses ricos e médios que possuíam grandes manadas de bois, que lhes permite usar 5 arrados. Alguns até possuem tractores para a gradagem do solo. Conseguem cultivar em larga escala nos anos secos e garantir boas colheitas nos anos em que as chuvas são regulares e suficientes.

Com o aumento do salário dos mineiros e a posterior decisão de expulsão de migrantes moçambicanos, a força de trabalho migratória passou a ser diversificada: passou a possuir homens já aos seus 30 ou 40 anos, que tinham trabalhado entre 3 e 10 anos nas minas, ocupando posições de responsabilidades entre a força de trabalho negra, ganhando bons salários. Voltavam a Moçambique por períodos reduzidos e que não foram abrangidos pela expulsão. Estes poderiam investir os seus salários na actividade agrícola. Passou também a ser constituída por homens com qualificação inferior, sem segurança de emprego (constituía cerca de 45% da força de trabalho moçambicana nas minas) auferindo salários baixos e que foram abrangidos pela ordem de expulsão. Eram mais jovens, menos experientes e com menos fundos para investirem na agricultura. Existiam também migrantes trabalhando na agricultura ou em outros postos. Estes eram jovens e não qualificados, sem condições para investirem na agricultura e eram os mais afectados pela decisão.¹⁴⁵

Devido à posição profissional e salarial do migrante moçambicano nas minas sul-africanas, a sua posição na produção familiar em Moçambique é bastante diferenciada. Existem diversos grupos de camponeses e operários/camponeses, com formas diferentes de organizar a sua produção.

¹⁴⁵ CEA, 1987: 22

Começaram a existir camponeses com terras nos vales dos principais rios e os que cultivavam apenas no sequeiro; os que possuíam gado bovino, charruas, até mesmo tractores e recorrem a alguns trabalhos de certos operários camponeses (recrutam trabalhadores assalariados) e que vendem os seus excedentes; camponeses pobres que recorrem aos trabalhos eventuais, produzem somente no sequeiro, são vulneráveis às secas, a sua base de produção é limitada e produzem para o auto sustento.

Para os camponeses prósperos, e alguns médios, os meios de produção adquiridos ao longo das jornadas de trabalho na África do Sul são a base para se estabelecerem na agricultura.

Para alguns camponeses do Sul de Moçambique, o trabalho assalariado era e continua a ser a via para acumular o fundo de investimento necessário para organizar a produção familiar. Para os outros era a única maneira de comprar os bens para o consumo, comida para a subsistência familiar.¹⁴⁶

3.3- O Período após a Assinatura do acordo Geral de Paz

Este é um período bastante invulgar na historia da Moamba pós colonial. Temos o término do conflito armado que durou cerca de 16 anos e por outro lado temos o fim do apartheid na África do Sul e a existência de um governo democrático em ambos países. Devido a estes factores, o transito das mercadorias dos migrantes torna-se frequente. Há menos perigo nas estradas.

É neste período que muitos emigrantes que possuíam algumas reservas monetárias, acrescido ao elevado índice de indemnizações que se faziam sentir na Africa do Sul, compraram tractores como forma de se dedicarem à actividade agrícola. Um caso vivido

¹⁴⁶ CEA, 1987: 25

por mim mesmo, é do meu tio, Victor Chifungue, que na década 80 comprou a sua primeira viatura e mais tarde, em 1994 comprou um tractor. Este, não possui terras na região do regadio, somente na do sequeiro. Nesta região, a sua produção é vulnerável à seca, produz milho em grandes quantidades. Aluga o seu tractor a grandes agricultores que se encontram nas regiões dos regadios.

Muitos dos tractores existentes na Moamba actualmente são pertença de trabalhadores migrantes ou ex-migrantes. Mas com isso não quero dizer que antes deste período não existissem agricultores negros proeminentes que possuíssem tractores. O caso mais visível é o do Ximezane, que possuía cerca de 300 cabeças de gado bovino já na década 50 e foi o primeiro agricultor negro a comprar tractor na região¹⁴⁷.

A utilização de tractores por agricultores negros, também foi possível no período da cooperativização da agricultura a partir de 1976. Para esta cooperativização da agricultura, o teor da campanha propagado pela Direcção Distrital da Agricultura da Moamba era o seguinte: “ o novo Estado se encarrega de dar tractores, motobombas, sementes e adubos, terras lavradas e assistência técnica a todos os que queriam trabalhar em cooperativas”¹⁴⁸. Muitos camponeses aceitaram esta politica.

Com o fracasso da cooperativização da agricultura, começam a surgir agricultores nacionais privados, que começam a fazer-se sentir principalmente na região do Sábìe, Malengane e Moamba-sede (Bloco 2), em que a produção está inteiramente direccionado para o mercado. Adam e Coimbra, afirmam que em 1995 a economia política do distrito da Moamba tinha a seguinte característica: pequenos focos de desenvolvimento moderno de agricultores nacionais, com produção vocacionadas para o mercado, utilizavam equipamento mecânico, irrigação e mão-de-obra assalariada. Estes, com o

¹⁴⁷ Honwana, 1985: 93

¹⁴⁸ Boff, 1985: 2

desaparecimento das unidades colonas, estabeleceram-se nos regadios do Sabié e da Moamba desenvolvendo as suas actividades agrícolas; agricultura camponesa, de camponeses que perderam uma grande parte das suas riquezas em gado bovino, devido a guerra. Com o final da guerra estes camponeses tornaram-se fornecedores de mão-de-obra barata para as unidades comerciais ou para a emigração isto porque não tinham dinheiro para suportar o sistema dos regadios¹⁴⁹.

Estes autores referem que a política de exportação de mão-de-obra manteve-se no pós independência. Com o início da guerra a migração para a África do Sul tornou-se forçada e existiam muitas pessoas na África do Sul que não querem regressar a Moçambique. Surge um fluxo de mão-de-obra de outras regiões do Sul do Save para Moamba, para posteriormente emigrarem oficialmente ou clandestinamente para a África do Sul¹⁵⁰.

Tabela 4: Relação de trabalhadores migrantes moçambicanos recrutados para a África do Sul entre 1993 à 2000

ANO	NÚMERO DE TRABALHADORES
1993	53 934
1994	58 459
1995	56 341
1996	55 142
1997	55 338
1998	53 935
1999	48 463
2000	46 321

Fonte: Ministério do Trabalho, 25/10/2004

¹⁴⁹ Adam e Coimbra, 1996: Doc. 8: 2

¹⁵⁰ Adam e Coimbra, 1996: Doc. 8: 2

Estes dados mostram que mesmo depois da Assinatura do Acordo Geral da Paz em 1992, a emigração da mão-de-obra moçambicana para a África do Sul prevaleceu e em números significativos.

Segundo informações fornecidas pelo engenheiro Tembe, com o fracasso das machambas estatais, as terras foram entregues ao sector familiar e, actualmente, os principais agricultores da Moamba são alguns mineiros, ex-mineiros ou mesmo filhos de mineiros ou ex-mineiros. Mas existe também, descendentes dos colonos, até mesmo alguns sul-africanos. Produzem principalmente hortícolas, fornecem a Cidade do Maputo e arredores. Segundo ele, há grandes quantidades de terras privadas que não são utilizadas, o que leva a existência de conflitos de terras. E quando há conflitos, o Director Distrital da Agricultura faz a arbitragem, para uma resolução pacífica¹⁵¹.

A agricultura nestas zonas, devido ao seu regime de pluviosidade, só é possível com base em sistemas de regadio ou nos anos de chuva abundante. A produção em sequeiro só é possível desde que integrado num sistema de trabalho migratório, criação de gado, áreas extensas agricultadas, reservas alimentares e uma rede de comércio que coloque comida e outras mercadorias à disposição dos camponeses¹⁵². Exemplo que podemos mostrar é o caso de Jaime João Sigáúque, agricultor conceituado da Moamba, descendente de emigrantes para a África do Sul, iniciou as suas actividades agrícolas em 1997, no Bloco 2 cultivando 5ha de hortícolas, especialmente tomate e cebolas. No momento em que forneceu-nos a informação em Março de 2005, possuía 150ha, cultivando de uma forma rotativa 20 ha por cada época agrícola. Muitos agricultores

¹⁵¹Entrevista com o engenheiro Tembe, Moamba, 11/03/2005

¹⁵² Adam e Coimbra, 1996. doc. 8: 10

actuais trabalham na África do Sul e outros trabalharam durante longos períodos na África do Sul¹⁵³.

Outro aspecto importante que vai marcar este período é a decisão sul-africana de 1995, de oferecer uma amnistia para o estabelecimento de residência permanente para todo o trabalhador mineiro estrangeiro que tenha trabalhado 10 anos no mínimo naquele sector.¹⁵⁴ Muitos dos migrantes com estas características, eram aqueles que não foram abrangidos pela decisão de expulsão de 1986. Eram profissionais experientes, com bons salários, e ocupavam as categorias mais bem pagas aos negros nas minas e a caminho da reforma devido a sua idade e tinham investido algum dinheiro nas suas bases rurais (agricultura, gado, casas).¹⁵⁵

Este fenómeno impediu de certa forma o investimento na agricultura do salário de alguns migrantes que aceitaram esta amnistia. Segundo De Vletter, cerca de 10000 migrantes aceitaram esta política, o equivalente a 40% do total dos migrantes moçambicanos com este período de trabalho.¹⁵⁶ Um dos casos, vividos por mim, é do senhor Mbeve, trabalhador mineiro Moçambicano, que estabeleceu-se na agricultura na Moamba, tinha duas mulheres, 8 filhos e mais de 50 cabeças de gado Bovino. Em 1996, levou as suas duas mulheres para a África do Sul e deixou o seu gado com um dos seus primos.

¹⁵³Entrevista com Jaime João Sigáúque, Moamba, 11/03/05

¹⁵⁴ De Vletter, 24/03/2000: 1

¹⁵⁵ Ibidem, 2

¹⁵⁶ Ibidem, 1

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho migratório, para a África do Sul desempenhou um papel importante na transformação do modo de produção dos camponeses da Moamba. Houve uma grande maioria de camponeses que modernizou a sua produção através da introdução da charrua e mais tarde de tractores como meio de produção, o que fez com que alguns camponeses produzissem mais em pouco tempo e que poderiam levar a sua produção ao mercado.

Este sistema de produção para o mercado levou a formação de diferenciações dentro do próprio campesinato. Isto acrescido ao facto de na década 70, o salário de alguns mineiros ter subido bastante, fazendo com que estes investissem de uma forma mais acentuada na produção agrícola.

A divisão social do trabalho no seio da família, embora mais desfavorável para as mulheres, tinha regras claramente definidas de forma que todos os membros da família dessem um contributo para a produção da comida e outros bens. O sistema de trabalho migratório abalou violentamente o equilíbrio desta organização social na produção agrícola. Tirando a população masculina para o trabalho assalariado na África do Sul, a economia camponesa na Moamba tornou-se tão dependente dos proventos dos salários dos migrantes pois já não podia subsistir sem o dinheiro e alfaias agrícolas que os migrantes enviavam para casa.

As mulheres desempenharam um papel activo na produção familiar uma vez que, na ausência do homem, elas eram as principais responsáveis na produção agrícola familiar.

Bibliografia Consultada

Informantes

- 1- Eleúcio dos Prazeres Viegas Filipe, Historiador, Maputo, 29/10/2007
- 1-Engenheiro Tembe, Engenheiro agrónomo, Moamba, 11/03/2005
- 2-Jaime João Sigaúque, Agricultor, Moamba, 11/03/2005 e 23/10/2007

Fontes Escritas não publicadas.

BOFF, Maeth Domingos. Apontamentos sobre a situação das cooperativas agrícolas do distrito da Moamba 1983/4. Maputo. 1985

CEA. The South african mining industry and mozambican migrant labour in the 1980's: an analysis of recent trends in employment. Geneva. International Labour Office. 1987

COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE: Repartição Central dos Negócios Indígenas. Medidas tendentes a combater a emigração indígena. Informação n° 36. 1943

COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE: Província do Sul do Save: Direcção Provincial de Administração Civil. Circular n° 1515/D/25. 31/03/50

COVANE, L. Mozambique: The migrant labour to South Africa, 1850-1909. 1988.

Da SILVA, Rui Nolasco. A mecanização agrícola no meio rural indígena. DNI: Cx 1240. 1961

FUNDO DA MOAMBA: Administração do Concelho da Moamba .Cx 249: Administração da Circunscrição do Sábiè-Moamba. Guia. 18/03/1950

FUNDO DA MOAMBA. Guia. 28/07/1950

FUNDO DA MOAMBA . Guia D/21/5. 27/10/1950

FUNDO DA MOAMBA. Relação das povoações comerciais da área desta Circunscrição.

31/03/1950

FUNDO DA MOAMBA . Relação de sementes e alfaias agrícolas solicitadas. 6/02/1950

FNI: Cx 1237. Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas. 27/12/1956

GIL, Abílio Mendes. ISANI. Inspeção ordinária à Circunscrição do Sábiè e Posto Administrativos de Ressano Garcia e Machatuine. 1960

HEAD, Judith. Migrant labour from Mozambique: what prospects. Paper presented at the Conference Transforming Mine Migrancy in the 1990s. University of Cape Town, 27-29 June 1994.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA DE MOÇAMBIQUE. Os mineiros moçambicanos na Africa do Sul. 2 ed. Maputo. 1980

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA DE MOÇAMBIQUE. Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão: o Colonato de Limpopo e o reasentamento pós independência c. 1895-1981. Maputo: AHM. 2003

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Mineiros Moçambicanos recrutados para as minas da África do Sul. Maputo, Outubro de 2004

PARTIDO FRELIMO. Intervenção dos delegados ao 4º Congresso. Colecção Quarto Congresso. Maputo. 1985

ZAMPARONI, Valdimir. Aspecto do trabalho forçado em Moçambique nas décadas de 1910/1920. s.d e s.l

Teses

FILIPE, Eleúcio dos Prazeres Viegas. Colonato do Sábie, contexto e implicação sobre a economia camponesa, 1956-1974. Tese para a obtenção do grau de Licenciatura em História. Maputo, UEM, 2000

GASPAR, Napoleão. The reduction of mozambican workers in South African mines, 1975-1992: a case study for Gaza Province- District of Chibuto. Master Thesis. University of Witwatersrand, Johannesburg, 2006

MAUNZE, Xadrique H. C. Actividades económicas da população do distrito da Moamba. Trabalho de Licenciatura em Geografia, UEM, Faculdade de Letras. Maputo. 1997

PENVENNE, Jeanne. A History of African labour in Lourenço Marques-Mozambique, 1877 to 1950. Boston: Boston University, PhD Thesis, 1982

ROESCH, Otto. Socialism and Rural development in Mozambique: the case of Aldeia Comunal 24 de Julho, PhD Thesis, 1986

Fontes Escritas Publicadas

ABRAHAMSSON, Hans e NILSON, Anders. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, CEE-ISRI, 1998

AMARAL, Wanda. *Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação*. Maputo. Imprensa Universitária, 1999

CEA. *Memorando: alguns dos efeitos e implicações da expulsão de trabalhadores migrantes moçambicanos pela Republica da Africa do Sul*. Maputo, 1987

CEA. *Os mineiros moçambicanos na Africa do Sul*. Maputo, 1980

- COVANE, Luís António. *As relações económicas entre Moçambique e África do Sul 1850-1964: acordos e regulamentos*. Maputo. AHM, 1989
- COVANE, Luís António. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*, Promédia, 2001
- CRUSH, Jonathan, et al. *South Africa's Labor Empire: a history of Black migrancy to the gold mines*. Cape Town: David Philip, 1991
- DAVIES, Rob. "Algumas implicações dos possíveis cenários pós Apartheid para a região da África Austral". *In Estudos Moçambicanos* 8, 1990, pp145-155
- De LIMA, Alfredo Pereira e MARQUES, António Rodrigues. *Terras da Moamba*. Câmara Municipal da Moamba, 1973
- De VLETER, Fion. *Sons of Mozambique: mozambican miners and post apartheid South Africa*. S.I, 2000
- FIRST, Ruth. *Black gold: the mozambican miner, proletarian and peasant*. New York: St Martin's Press, 1983
- FIRST, Ruth. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo, CEA, 1998
- GOVERNO DO DISTRITO DA MOAMBA. *Perfil do Distrito da Moamba*. Moamba, 1986
- GOVERNO DO DISTRITO DA MOAMBA. *Perfil do Distrito da Moamba*. Moamba, 2006
- HARRIES, Patrick. *Work, culture and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, 1860-1910*. Johannesburg: University of Witwatersrand Press, 1994
- HONWANA, R. B. M. *Histórias ouvidas e vividas dos homens da terra: memórias e notas autobiográficas*. Maputo, 1985

- LIESEGANG, Gerhard. "Lourenço Marques antes de 1895". In *ARQUIVO*. AHM, 1987, pp19-58
- LOFORTE, Ana e GEFREY, Christian. *O impacto do trabalho migratório em Vilanculos: um projecto*. Maputo: DAA, 1982
- LOPES JUNIOR, Migueis. "O processo de acumulação da RSA e a situação actual no Sul de Save". In *Estudos Moçambicanos 1*. Maputo. CEA, 1980, pp 91-110
- MANGHEZI, Alpheus. *Macassane: uma cooperativa de mulheres velhas no Sul de Moçambique*. Maputo: AHM, 2003.
- MANGHEZI, Alpheus. "Ku thekela". In *Estudos Moçambicanos 4*. CEA. Maputo, 1983, pp 19-40
- NEWITT, Malyn. *Portugal in Africa: the last hundred years*. London: C. Hurst & Co Publishers. 1981
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Europa-América. 1997
- RITA-FERREIRA, António. *Movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e África do Sul*. Número 67. Lisboa. 1963
- TEMBE, Ofélia. "Conflitos de terra: o exemplo da Moamba". In *TEMPO n° 615*. Maputo, 25/07/1982
- URNOV, A. *Africa do Sul contra Africa, 1966-1986*. Moscovo: Edições Progresso. 1988
- VAIL, Leroy and WHITE, Landeg.. *Capitalism and colonialism in Mozambique: a study of Quelimane district*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980
- WUYTS, Marc. "Economia politica do colonialismo português em Moçambique". In: *Estudos Moçambicanos 1*. Maputo. CEA. 1980, pp 9-22



ANEXOS

